

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

EDILENE DE CÁSSIA JERÔNIMO

**“HOJE VIVO MAIS PARA ELES!”: Maternidade e Avoternidade Negra em
Viçosa- MG**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

EDILENE DE CÁSSIA JERÔNIMO

**“HOJE VIVO MAIS PARA ELES!”: Maternidade e Avoternidade Negra em
Viçosa- MG**

Monografia, apresentada ao
Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Viçosa
como requisito para obtenção
do título de bacharela em
Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Rayza
Sarmiento

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

EDILENE DE CÁSSIA JERÔNIMO

**“HOJE VIVO MAIS PARA ELES!”: Maternidade e Avoternidade Negra em
Viçosa- MG**

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Rayza Sarmiento
(DCS/UFV)

Assentimento:

**Edilene de Cássia Jerônimo
Autora**

**Prof. Dra. Rayza Sarmiento
Orientadora (DCS/UFV)**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

EDILENE DE CÁSSIA JERÔNIMO

**“HOJE VIVO MAIS PARA ELES!”: Maternidade e Avoternidade Negra em
Viçosa-MG**

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais.

**Prof. M.^a. Nádia Dutra de Souza
(DCS/UFV)**

**Prof. M.^a. Monalisa Aparecida do Carmo
(DPE/UFV)**

**Prof. Dra. Rayza Sarmento
Orientadora (DCS/UFV)**

AGRADECIMENTOS

A escrita deste trabalho parte de uma experiência de reativação da minha voz, assim gostaria de agradecer a todas as minhas ancestrais que me deram força e resiliência para chegar até aqui, pois escrever se tornou um ato político.

Agradeço a Carolina, Sueli e Lélia (nomes fictícios) por contribuírem para este trabalho a partir de suas vivências, dores e alegrias.

A minha mãe Maria dos Anjos que me ensinou a ser forte e lutar pelos meus sonhos e objetivos.

Adrian, você é a melhor coisa que aconteceu em minha vida, obrigada pelos ensinamentos, você me deu força para continuar quando eu achei que não mais conseguiria.

Agradeço às minhas irmãs Elizabete e Edivânia, pelo cuidado com o meu filho quando precisei trabalhar e estudar. Aos meus sobrinhos que são a luz na minha vida: Iasmim, Hebert, Geovanny, Gabriela, Giselly, Manuela e Anna Carolina, por seus sorrisos que me encorajaram a seguir em frente.

Ao meu pai José Camilo e ao meu irmão Elias pelos conselhos e ajudas e ao meu irmão Elisson que não se encontra fisicamente entre nós, mais que sei que sempre me acompanha e vibra com as minhas conquistas.

A minha orientadora Rayza, por acreditar nesse trabalho e me incentivar! Obrigada pelas correções e ensinamentos.

Agradeço a galera do CPT, da UFV e a todos os amigxs e familiares que contribuíram e fizeram parte direta ou indiretamente para minha conquista.

A Deus, por me possibilitar saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

*“A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede”.*

(Conceição Evaristo)

RESUMO

Esta monografia investigou a prática do cuidado a partir da maternidade e avoternidade negras. Subsidiou esta pesquisa o referencial teórico no cenário nacional e internacional a partir das abordagens de Collins (2019), hooks (1994), Biroli (2017) e Evaristo (2005). A pesquisa objetivou analisar como se dá a experiência da maternidade e avoternidade para as mulheres negras e a verificação de quando essas mulheres conseguiram exercitar a maternidade de forma satisfatória. Para atingir tal objetivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa explicativa na cidade de Viçosa-MG. Desta forma, o contato com as participantes se deu por meio de um “caderno de perguntas”, que funcionou como pequenos diários, para que elas “escrevervivecem” suas memórias, a partir de Evaristo (2005). A análise das escritas nos proporcionou ter contato com as memórias e trajetórias de mães e avós negras. Como resultado obtivemos que, ao se tornarem avós as mulheres têm maiores possibilidades de tempo para cuidar e educar netos, o que não ocorre na maternidade por questões sociais, raciais e trabalhistas. O resultado da pesquisa sinalizou a importância de enfatizar as questões de raça nas pesquisas relacionadas à maternidade, família e cuidado.

Palavras-chave: Maternidade negra. Avoternidade negra. Cuidado. Família.

ABSTRACT

This monograph investigated the practice of care through black maternity and grandparenthood. The theoretical framework that supported this research was the national and international scenario from the approach of Collins (2019), Hooks (1994), Biroli (2017), and Evaristo (2005). This work aimed at analyzing how the experience of motherhood and grandparenthood occurs for black women, verifying when these women were able to experience motherhood satisfactorily. To reach this goal, we used the methodology of explanatory qualitative research in the city of Viçosa-MG. In this way, the contact with the participants took place through a “question book” that functioned as small diaries so that the participants would “write-live” their memories, according to Evaristo (2005). The analysis of the writings provided us contact with the memories and trajectories of black mothers and grandmothers. As a result, we obtained that, when women become grandmothers, they have greater possibilities of time to care for and educate their grandchildren, which does not occur in maternity for social, racial, and labor issues. The research result signaled the importance of emphasizing race in researches related to motherhood, family, and care.

Key-words: Black maternity. Black grandparenthood. Care. Family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Foto do caderno de Perguntas	33
Imagem 2 – Foto do caderno de perguntas	43
Imagem 3 – Foto do caderno de perguntas	45
Imagem 4 – Foto do caderno de perguntas	53
Quadro 1 – Informações básicas das avos.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NEAB - Núcleo de Estudos Afro Brasileiros

PNAD - Contínua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

CEP UFV - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

1 INTRODUÇÃO	12
2 RAÇA, GÊNERO E CUIDADO	15
2.1 TRABALHO E CUIDADO	18
2.2 CUIDADO, MATERNIDADE E DINÂMICAS INTERSECCIONAIS	22
3 O CADERNO DE PERGUNTAS E A ESCRIVÊNCIA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA	31
4 ENCONTRANDO A AVOTERNIDADE: AS MULHERES NEGRAS CONTAM SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS	37
4.1 MULHERES NEGRAS E A MATERNIDADE	38
4.2 SER AVÓ É: SER MÃE EM DOSE DUPLA	44
4.3 RESPONSABILIDADE	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

Para muitas mães negras, a exigência de sustentar os filhos em meio à opressão interseccional é tão grande que elas não têm nem tempo nem paciência para o afeto (Collins, 2019, p.311).

A maternidade sempre foi alvo de investigações em diversas áreas de pesquisas acadêmicas, porém as abordagens mais comumente usadas generalizam a maternidade sem considerar o lugar de fala de cada mulher. Neste sentido, a maternidade pode perpassar várias possibilidades a partir do ponto de referência que se utiliza, e ao se tratar de mulheres negras a maternidade traz peculiaridades que tornam importante pelas questões racial, social e histórica.

Nós mulheres negras desde a escravização fomos vistas como importantes para gerar novos escravizados e cuidar dos filhos e da família de seus senhores (DAVIS, 2016), fomos objetificadas para que se pudesse ter o controle e a exploração de nosso corpo e mente.

Apesar das várias conquistas que tivemos durante os anos, hoje ainda existem várias barreiras para a maternidade negra, que podem perpassar as dificuldades sociais, raciais e de gênero.

Patricia Hill Collins¹ (2019) salienta que a maternidade negra pode ser analisada a partir das opressões existentes, bem como do nosso ponto de vista, que ao falarmos sobre maternidade valorizamos nossas experiências, e ressignificamos os ideais criados sobre a mesma.

Assim torna-se relevante entender a maternidade e avoternidade² a partir das percepções de mulheres negras, dado que fomos silenciadas e invisibilizadas por

¹ Utilizo o primeiro nome e sobrenome das autoras, ao menos na primeira vez que cito seus textos como forma de dar visibilidade a suas falas, visto que ao usar somente o sobrenome posso contribuir para a invisibilidade de produção acadêmica de mulheres.

² O termo avoternidade será empregado nesta pesquisa, pois o mesmo vem ganhando bastante visibilidade, a partir do projeto de lei 5596/2016 de autoria do deputado Lucas Vergillio, que propõe a alteração do artigo 473 da CLT para que os avós maternos disponham de direito a licença de cinco dias do trabalho, após o nascimento dos netos. A expressão, de acordo com a Stamm (2018), já vem sendo utilizada comumente por especialista na área da família, pois se entende que é “necessário determinar um vínculo entre pais e avós para o bem dos netos, toda família necessita estar empenhado em promover uma convivência saudável, alegre e cheia de boas lembranças.” (STAMM 2018, p. 33). A proposta determina que a obtenção da licença ocorra quando houver contradições sobre a paternidade da criança.

vários anos e não tivemos voz para criar uma visão diferente do “eu” criado a partir da branquitude, pois segundo Collins (2019, p.140):

a ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição da mulher que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras.

Minha pesquisa, no âmbito de um trabalho de conclusão de curso, buscou entender como se dá o exercício da maternidade e avoternidade negra.

Assim o objetivo geral da presente pesquisa foi analisar como se deu a experiência da maternidade e avoternidade para as mulheres negras em Viçosa-MG e verificar quando essas mulheres conseguiram exercitar a maternidade de forma que considerassem satisfatórias.

Para tanto, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: analisar as práticas do cuidado familiar a partir da maternidade negra com mulheres de Viçosa-MG; identificar quais os processos sociais, políticos e econômicos que podem contribuir para a maternidade tardia das avós, através dos cuidados com os netos a partir das experiências de Viçosa-MG; entender por meio das percepções dessas mulheres negras quais os ideais de maternidade e identificar quando essas mães e avós negras exercitam a maternidade de forma plena.

Parte-se da hipótese que nós mulheres negras temos dificuldades de vivenciar a maternidade quando somos mães por fatores sociais, políticos e econômicos e desta forma somente alcançamos a maternidade a partir da prática do cuidado quando nos tornamos avós. Esta perspectiva surge através de dados bibliográficos e conversas informais com algumas mães. Para isso realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e explicativa utilizando como metodologia de pesquisa a escrivência.

A estruturação do trabalho segue o capítulo de apresentação, onde descrevemos o que nos motivou a pesquisar o tema, e destacamos a importância do amor para as pessoas negras e como o histórico brasileiro influenciou na nossa forma de criar laços familiares.

Na segunda seção do capítulo, apresentamos as concepções gerais sobre trabalho e cuidado, com o objetivo de demonstrar como a divisão sexual do trabalho condiciona quais as funções deve ser exercido por homens e mulheres. Ao trabalhar

a questão do cuidado a partir da perspectiva da maternidade e das dinâmicas interacionais, apresentamos inicialmente uma visão geral da maternidade para em seguida trabalhar com as maternidades negras e os seus atravessamentos.

No capítulo seguinte, evidenciamos a metodologia de pesquisa utilizada, e os cadernos de perguntas. Conceituamos escrevivência a partir de Conceição Evaristo (2005), e demonstramos como sua utilização como forma de obtenção de dados e acompanhamento das memórias e vivências, foi relevante para a pesquisa.

Em seguida, no quarto apresentamos as avós negras, demonstrando suas experiências e vivências sobre a maternidade, avoternidade e cuidado. Após a visão geral do perfil de cada avó, apresentamos suas falas e analisamos a partir das noções dos autores trabalhados anteriormente. Nas considerações finais, demonstramos as limitações e contribuição da pesquisa para a área acadêmica, e apresentamos possibilidade de acréscimo metodológico para futuras pesquisas. Ressaltamos ainda a importância da inserção da temática de raça quando pesquisasse sobre maternidade e cuidado.

2 RAÇA, GÊNERO E CUIDADO

O amor cura. Nossa recuperação está no ato e na arte de amar. Meu trecho favorito do Evangelho segundo São João é o que diz: "Aquele que não ama ainda está morto". Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso. Não tem sido simples para as pessoas negras desse país entenderem o que é amar. M. Scott Peck define o amor como "a vontade de se expandir para possibilitar o nosso próprio crescimento ou o crescimento de outra pessoa", sugerindo que o amor é ao mesmo tempo "uma intenção e uma ação". Expressamos amor através da união do sentimento e da ação. Se considerarmos a experiência do povo negro a partir dessa definição, é possível entender porque historicamente muitos se sentiram frustrados como amantes. O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar (hooks, 1994, p.1).

Início este capítulo com o trecho do texto "Vivendo de amor" (1994), da autora bell hooks, que trata o conceito de amor e do cuidado não somente como um sentimento, mas como uma prática de restauração de um processo colonial, o amor como uma estrutura política, construída fora do contexto ocidental romantizado.

"Vivendo de amor" foi um dos primeiros textos escrito por uma mulher negra que eu li. A autora nos oferta um pensamento para que possamos compreender como se dá a vivência do amor para a população negra em diáspora africana. O texto me tocou de tal forma que todas as minhas percepções foram mudadas, e a partir do texto compreendi várias questões que perpassam a minha vida e a vidas das pessoas com quem convivo.

O amor para as pessoas negras envolve um histórico de "um não lugar"³, pois da forma que é pregado pelo mundo ocidental, não foi pensado para nós negros e negras. Vivemos uma experiência diaspórica planejada para que somente fôssemos força de trabalho, sem direito a demonstrar sentimentos e amor, fomos arrancados de nossa terra mãe, forçados a entrar em navios, fomos separados dos nossos e obrigados a trabalhar de forma sub-humana, onde todos ou quase todos os nossos vínculos e formas de amar foram extirpadas pela escravidão.

³ O conceito de não lugar foi proposto por Marc Augé (2012), para trabalhar os locais físicos existentes nas cidades, desta forma um não lugar é um espaço não identitário e não relacional. São espaços comuns que são parecidos entre si e são usados da mesma forma em várias cidades e países, e o que o diferenciam seria algumas especificidades. Não lugar neste contexto diz respeito a um local físico, sem significado, impessoal e transitório, exemplo: rodovias, aeroportos, redes grandes de hotéis, shoppings e etc. Neste trabalho o não lugar não estará relacionado somente aos espaços físicos, mas também aos espaços simbólicos, e formas simbólicas de ver o negro na sociedade brasileira.

Quando utilizo o termo “nossos (as)” nesta pesquisa, parto da perspectiva do povo negro como uma comunidade, ao falar das relações de coletividade parto daquilo que também me pertence e me cabe como negra em uma sociedade racista.

O meu corpo preto⁴ foi e é visto através de um olhar exploratório, revezando entre objeto sexual e objeto de trabalho. bell hooks (1994) nos ensina que devemos nos conhecer, explorar nossa história e aprender com os nossos, desta forma o amor e o cuidado devem nos servir como ferramenta para este autoconhecimento.

Eu demorei anos para compreender o amor, para aprender a demonstrar meus sentimentos e reconhecer outras formas de demonstrar amor sem ser as demonstrações padrões e impostas pela sociedade. Em minha trajetória, vejo como esta minha dificuldade também é uma dificuldade compartilhada com outras mulheres negras, isto posto, torna importante destacar que a minha escrita parte da minha vivência e experiências enquanto mulher, mãe e intelectual negra e a partir das experiências do meu povo, das mulheres negras que me ajudaram a refletir sobre a nossa realidade e como nossos cotidianos são compartilhados e se entrelaçam em vários momentos.

Muitas de minhas inquietações foram compartilhadas por meio do grupo de estudos do NEAB - Núcleo de Estudos Afro Brasileiros, da leitura de vários textos que abordavam sobre a afetividade e maternidade negra - em especial os textos “Vivendo de amor” (1994), de bell hooks que inicia este capítulo, e o poema “Vozes Mulheres” (1998), de Conceição Evaristo. hooks retrata a dificuldade das pessoas negras em expressar o amor, que remonta boa parte do que se propõe esta pesquisa. Ao perguntar “em algum momento você nos amou?”, a autora nos convida a participar de uma parte da sua vida e questiona sobre o amor, e justifica que somente as avós e bisavós, padrinhos e madrinhas consagravam o amor de forma plena, pois para as mães o amor se manifestava, sobretudo, em manter os filhos vivos.

Sobre os homens negros e o processo de amor, a autora traz uma reflexão importante para entendermos a questão da família e como ela se estrutura ainda hoje em dia, pois muitas vezes os mesmo métodos de dominação e controle que eram usados pelos senhores de engenho passaram a ser desempenhados por

⁴ O termo Preto (a) e Negro (a) serão utilizados como formas análogas, visto que os termos foram resignificados e politizados pelo movimento negro brasileiro, retirando o seu contexto colonial de inferioridade e subordinação.

homens negros com os seus filhos e mulheres, assim percebemos que os pais nem sempre estão presentes na criação dos filhos, seja pela visão cultural de que o cuidado com as crianças é somente função das mulheres, ou pelos processos históricos que homens negros não poderiam demonstrar amor, ou pelo excesso de trabalho para manutenção da família ou mesmo por não estar presente no vínculo familiar por vários motivos, tais como: genocídios, prisão, negligência paterna e etc.

O poema de Conceição Evaristo demonstra o contexto histórico e a ancestralidade negra, ao narrar a trajetória das mulheres negras e refletir sobre como elas saíram do silenciamento e da submissão para se tornarem em intelectuais negras. Ressalta-se que o termo intelectual aqui utilizado não está relacionado apenas à academia, mas sim as várias formas de se tornar intelectual (Collins, 2019).

Este capítulo parte de minha escrivência, desta forma tomo este conceito a partir da escritora, romancista e referência de intelectualidade negra a Conceição Evaristo (2005), para evocar minha ancestralidade e minha crítica social, demonstrar como as minhas vivências contribuíram de forma valorosa para este trabalho, e como a partir desta pesquisa exercito minha prática intelectual de escrita. Parto da nossa escravização, do processo histórico do povo negro africano e em diáspora para trabalhar nossa oralidade e transformá-la em escrita negra para acordar a casa grande, pois como escrito sublimemente pela autora: “a nossa *escrivência* não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2005, p.21).

Entrelaçados ao amor estão às questões do cuidado e da maternidade, que para nós mulheres negras sempre estiveram em duas dimensões, a do “lugar” e a do “não lugar”. Na dimensão “do lugar”, a mulher negra é vista como apta a desempenhar a função do cuidado e da maternância, sendo por muitos anos vista somente como reprodutora e geradora de novas mãos de obras para o mercado escravista e econômico. Falamos da dimensão do “não lugar” quando esse sistema escravocrata e capitalista não nos dá condições para o cuidado no âmbito particular, dado que não temos disponibilidade de tempo para cuidarmos de nossas próprias famílias, e nem para desempenharmos a maternidade de forma plena, deixando desta forma o cuidado para que sejam exercidos por outras pessoas do nosso vínculo familiar, principalmente para nossas mães, pois como relatado por Silva e Salomão (2003) nos estudos recentes sobre o cuidado dos netos por avós, foi

detectado que em sua maioria o cuidado das crianças são exercidos por avós, principalmente as maternas.

Este trabalho traz uma escrita, através da subjetividade dessas mulheres negras, para mudarmos a posição de objeto de estudo para escritoras da sua própria história (Xavier, 2019). É nessas reflexões que me atravessam como mulher negra e me instigam como pesquisadora que esse trabalho se ancora.

2.1 TRABALHO E CUIDADO

Danièle Kergoat (2016) e Flavia Biroli (2017) partem da ideia de divisão sexual do trabalho para reforçar como as relações de poder e opressões do cotidiano dificultam a visualização do cuidado como trabalho efetivo e dificultam a visualização do trabalho como uma dimensão política.

Kergoat (2016) refere-se à divisão sexual do trabalho como a definição de qual função homens e mulheres podem exercer na sociedade, ela aponta que estas funções não estão relacionadas às questões biológicas, mas sim a um imaginário construído socialmente e historicamente por cada sociedade. Na maioria das sociedades, essa divisão se dá relacionando a mulher ao âmbito da reprodução e ao homem no âmbito da produção, separando desta forma qual trabalho o homem e a mulher podem desempenhar, bem como na hierarquização do trabalho, onde o homem tem um valor social maior do que o da mulher.

Kergoat (2016) e Biroli (2017) sinalizam sobre a situação das mulheres brasileiras em relação ao trabalho e frisam que as relações sociais e trabalhistas estão interligadas, visto que normalmente o trabalho é dividido entre esfera pública para os homens e esfera privada para as mulheres. Ainda que as mulheres tenham conseguido espaço na esfera pública, ainda continuam executando majoritariamente os trabalhos domésticos e do cuidado, assumindo assim dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho.

Biroli (2017) faz um paralelo entre dois problemas relacionados à prática do cuidado: o primeiro seria a desigualdade de gênero, raça e classe e o segundo a dimensão institucional e econômica do cuidado. Ao tratar da questão do trabalho, a autora indica que as relações de trabalho moldam a forma como nos vemos e somos vistos no mundo, pois a divisão sexual do trabalho historicamente remonta quais as funções são destinadas às mulheres e quais mulheres devem desempenhá-las. O

cuidado está relacionado à questão da disponibilidade do tempo, física e psicológica, assim é necessário entender como se dá a organização social do cuidado das crianças, e entender a relação existente entre gênero e cuidado.

Biroli (2017, p. 54) salienta ainda que a mercantilização de cuidado traz consequências não somente financeiras e de classe para quem necessita de contratação deste trabalho, “mas também porque as condições de trabalho de pessoas próximas definem a disponibilidade que terão para cuidar de outras pessoas”. A autora, ao falar sobre a mercantilização do cuidado, também postula que por mais que as mulheres hoje tenham autonomia econômica elas continuam a desempenhar trabalhos domésticos ou subempregos, e como as opressões ainda perpetuam mesmo com a conquista do mercado de trabalho e dificultam a participação das mulheres nos espaços públicos políticos.

Quando falamos em trabalho remunerado e não remunerado procura-se uma articulação entre trabalho no âmbito público e privado, dado que este determina como funciona a divisão sexual do trabalho. De acordo com Biroli (2017), o trabalho não remunerado para as mulheres concede o “benefício de tempo livre” para muitos homens, visto que majoritariamente somos nós que cuidamos dos filhos, da casa, dos idosos e dos doentes. Ao falar sobre o trabalho para as mulheres Biroli (2017) destaca que:

As posições das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracteriza a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas (BIROLI 2017, p. 27).

Neste sentido torna-se relevante diferenciarmos o trabalho remunerado do não remunerado e sua dimensão política na vida das mulheres. Bila Sorj (2013), ao discorrer sobre como as novas formas de interações entre cuidado, família e trabalho foram se alterando durante vários anos, afirma que inicialmente o trabalho doméstico não era considerado trabalho, era visto somente como uma manutenção da família. Importante destacar que, segundo a autora, essa visão se mantinha até na academia, pois nos estudos sobre trabalho a família sempre estava dissociada uma da outra.

A autora ainda ressalta que o processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho e a não ajuda dos homens nos trabalhos domésticos e do cuidado tem

causado a “desfamiliarização do cuidado” (SORJ 2013, p. 482). Em outros termos, o cuidado que era realizado pelas famílias passa a ser realizado por órgãos públicos, privados e por pessoas que não pertencem aos grupos familiares, isto dependendo dos acessos econômicos que a família dispõe. As mulheres começaram a reivindicar por creches e pré-escolas para seus filhos, e essa reivindicação foi apoiada e mobilizada por movimentos de mulheres e feministas.

Ao falar sobre o Brasil, Bila Sorj (2013) faz algumas considerações importantes para entendermos como funciona o trabalho remunerado e não remunerado para as mulheres brasileiras, destacando quatro pontos importantes: o a) a chefia dos lares brasileiros por mulheres, b) a divisão sexual e social do trabalho, c) as leis trabalhistas e sua real efetivação para todas as mulheres e d) quais as crianças têm acesso a creches e pré-escolas, pois este acesso está diretamente relacionado às mulheres que conseguem ter acesso ao mercado formal de trabalho. Estas concepções da autora nos serviram de uma bagagem inicial para pensarmos nos próximos questionamentos da pesquisa.

Laís Abramo e Maria Elena Valenzuela (2016) nos fazem refletir sobre como a entrada das mulheres no mercado de trabalho ocasionou grandes questionamentos sobre a distribuição das tarefas domésticas e do cuidado nas famílias entre homens e mulheres, bem como a disponibilidade de tempo que se dispõe para a função do cuidado.

Discute-se como o grande aumento do envelhecimento populacional, e o aumento dos lares onde a mulher é responsável pelo sustento familiar intensificam as inquietações entre “vida pessoal, familiar e laboral” (ABRAMO E VALENZUELA, 2016, p.113). Esta questão do envelhecimento torna-se relevante uma vez às mulheres estão tendo um menor número de filhos e conseqüentemente terão menos possibilidades de cuidado no futuro. A entrada cada vez maior no mercado de trabalho faz com que as mulheres dependam de serviços públicos ou privados na área do cuidado, precisando de creches ou pré-escolas para as crianças e/ou cuidadores para os idosos, para que consiga conciliar a vida familiar e a vida laboral. Abramo e Valenzuela (2016) ao analisarem a crise do cuidado destacam que esta crise ocorre devido a grande dificuldade de mudar a forma cultural como é visto o trabalho das mulheres, uma vez que, ainda hoje se mantém no imaginário da sociedade que o lugar da mulher é “no lar” e os seus afazeres são somente os

domésticos, a visão tradicional também persiste em ver a mulher como não apta para muitas funções.

Questiona-se o papel das políticas públicas, visto que as maiorias das políticas reforçam o papel da mulher apenas como cuidadoras e com tempo sempre disponível para cuidar da família. As leis brasileiras de proteção às mulheres grávidas como licença e salário maternidade, estabilidade após o retorno ao mercado de trabalho não são leis efetivas uma vez que uma pequena porção das mulheres ocupam cargos formais de trabalho.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) de 2018, Pinheiro et al. (2019) revelam que 92% dos trabalhadores domésticos são mulheres, e a porcentagem de trabalhadores domésticos com carteira assinada era somente de 26,8%, assim destacamos que o trabalho doméstico configura-se através de uma elevada precarização, é o progresso nas leis trabalhistas não garantiu a efetivação dos direitos para todos os trabalhadores.

Outra questão relevante a se tocar sobre as leis trabalhistas é que a licença paternidade reforça o papel principal das mulheres como cuidadoras uma vez que a responsabiliza por todos os cuidados como os filhos, isentando quase que totalmente os homens desse processo. Abramo e Valenzuela (2016, p.114) destacam que a dissolução da crise do cuidado só será alcançada juntamente com “as famílias, as unidades produtivas e as ações estatais reguladoras, fiscais e de provisão de serviços sociais”.

As autoras Sorj, Fontes e Machado (2007) reforçam ainda que a mudança do trabalho das mulheres não foi acompanhada pela alteração do homem para o âmbito privado, assim o trabalho doméstico e do cuidado mantém uma forte divisão de gênero levando à divisão sexual do trabalho.

Luana Pinheiro et al.(2019) especificam que as trabalhadoras domésticas são majoritariamente mulheres negras e de baixa renda, os autores associam este dado à questão da banalização do trabalho doméstico e ao racismo estrutural, conforme destacado a seguir:

Se 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, estavam empregadas no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras – destas, 3,9 milhões eram mulheres negras. Estas, portanto, respondem por 63% do total de trabalhadores (as) domésticos (as). Ou seja, do ponto de vista do discurso, as mulheres negras “podem estar onde quiserem”; na prática, porém, a realidade as direciona, de

maneira desproporcional, a trabalhos como o serviço doméstico remunerado, com toda a precariedade e exploração que lhe são característicos. Do total de ocupadas no mercado de trabalho, 18,6% das mulheres negras exerciam trabalho doméstico remunerado, proporção que cai a 10%, quando se trata de mulheres brancas (PINHEIRO ET AL. 2019, p.12).

Deste modo ao falarmos em trabalho doméstico é necessário falar em mulheres negras e pobres.

2.2 CUIDADO, MATERNIDADE E DINÂMICAS INTERSECCIONAIS

As práticas do cuidado como estruturantes da sociedade e como objetos de pesquisa acadêmica estão fortemente relacionadas a dimensões de interseccionalidade, assim para pensarmos nesta prática torna-se necessário entender a questão histórica e social das mulheres negras, bem como entender as relações de gênero e raça que entrelaçam esta relação.

Biroli (2017) destaca que a relação de poder não está estruturada somente na relação entre homem e mulheres, mas também nas relações entre as mulheres brancas e negras, pois as mulheres negras detêm posição de maior desigualdade na relação de trabalho. Assim torna-se pertinente frisar, de acordo Biroli (2017) e Collins (2019), que não há como trabalhar separadamente as relações de gênero sem trabalhar raça e classe social. Desta forma agora vamos pensar a partir da perspectiva das mulheres negras.

Neste trabalho, utilizamos o termo interseccionalidade por entender a sua importância para o campo de estudo, pois de acordo com Collins (2019) e Angela Davis (2016) o termo denota que os indivíduos são construídos em várias dimensões, e que uma categoria estrutural não exclui a outra. O conceito de raça foi empregado inicialmente a partir da uma abordagem biológica e, apenas posteriormente, sociológica. Como especificado por Kabengele Munanga (2004), a humanidade sempre teve a necessidade de classificar tudo que está a sua volta e destaca que “os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento” (MUNANGA, 2004, p.2).

Munanga (2004) e Souza (1983) descrevem que raça foi conceituada através de classificações por atributos físicos e outras características corporais, conforme descrito a seguir:

Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2004, p.5).

A partir desta concepção, podemos entender como o conceito social de raça é visto pela sociedade e também pela produção acadêmica, pois para sociedade brasileira, raça é visualizada como hierarquização, principalmente pelo tom de pele, classificação dos cabelos, e o formato do nariz e da boca, conduzindo assim ao conceito de racismo⁵. Comumente para a produção acadêmica, raça é utilizada para criticar as categorias sociais de dominação e exclusão, assim como apresentado por Gomes (2005), é necessário averiguação de cada fala quando se trabalha com termo raça.

é preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em raça, **quem fala e quando fala**. Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha. Ao ouvirmos alguém se referir ao termo raça para falar sobre a realidade dos negros, dos brancos, dos amarelos e dos indígenas no Brasil ou em outros lugares do mundo, devemos ficar atentos para perceber o sentido em que esse termo está sendo usado, **qual o significado a ele atribuído e em que contexto ele surge** (GOMES 2005, p. 45, grifos nossos).

Neste trabalho, utilizamos a dimensão da raça em dois âmbitos, o primeiro analisando a questões sociais, históricas e políticas das mulheres negras no Brasil e o segundo verificando as falas das mulheres entrevistadas e sua construção social sobre raça, ou seja, como elas se identificam e como se veem inseridas na sociedade através do contexto racial.

Neusa Santos Souza, no livro “Tornar-se negro” (1983), sublinha que o histórico brasileiro da escravização dos negros e negras africanos (as) estruturou a

⁵ O conceito de racismo será aprofundado a seguir no texto.

forma como a população vê e trata os negros e negras. Ainda sobre o contexto histórico, Gomes (2005) explicita que vivemos em uma sociedade onde o que aprendemos foi construído a partir da lógica do grupo social em que estamos inseridos, desta forma a capacidade de ver o mundo está condicionada a nossas relações diárias com aqueles que estão em nossa volta, tais como família, amigos, vizinhos mais próximos, professores e etc. As experiências familiares que são repassadas de geração em geração podem moldar o nosso comportamento diante aos acontecimentos de vida.

Desse modo pensar em gênero e nas relações de poder existente entre mulheres e homens e entre mulheres brancas e mulheres negras torna-se primordial para trabalhar a questão do cuidado.

A relação de poder está presente em todos os aspectos da vida em sociedade, ele não se limita somente na política. O racismo está diretamente ligado à questão do poder, e como aponta Munanga (2004), o conceito sofreu várias alterações durante os anos que pode ser explicada pela “tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.” (MUNANGA 2004, p. 8).

Nilma Lino Gomes (2005) conceitua racismo como:

um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.” (GOMES 2005, p.52).

Desta forma, o racismo está estruturado a partir das relações de poder, e foi configurado no Brasil historicamente a partir da escravização de pessoas negras, e reconfigurado a partir de práticas pós-abolição onde os negros e negras continuaram a ser classificados como inferiores e incapazes para exercerem algumas funções sociais, políticas e culturais.

Ao pensarmos nas mulheres negras, as dimensões de raça, racismo, gênero e relação de poder, podem perpassar a vida destas mulheres de forma explícita ou não.

Vanessa Cavalcanti et al. (2012, p.113) especificam que “prover, cuidar e proteger são ações distintas” que perpassam as relações de gênero, raça, geração. Por isso, entendemos que investigar as práticas de cuidados na maternidade e avoternidade negra torna-se relevante para a produção de conhecimento acadêmico, para conhecimento e reconhecimento das mulheres negras a partir das suas próprias vivências e relatos.

Collins (2019) destaca ainda que normalmente são omitidas nas pesquisas acadêmicas as consequências físicas e psicológicas da maioria destes trabalhos para as mulheres, seja o trabalho remunerado ou não - “no contexto dos estudos sobre as famílias negras, seja para criticar duramente a mãe negra, seja para exaltá-la, ignora-se com frequência quão árduo é o trabalho das mulheres negras” (p.101). Não se pretende neste trabalho fazer uma exaltação da maternidade, pois entendemos a sua complexidade, o que se propõe é pensar a partir da trajetória de mulheres negras e periféricas como se dá a maternidade e avoternidade.

Vânia Vasconcelos (2014) faz uma extensa escrita sobre as mulheres e a maternidade contando sua história na humanidade e no Brasil, e relacionando as visões mitológicas, religiosas e sociais que estão presentes nesta relação. A autora explica que a imagem da mulher está ligada a “mitos, religiões e manifestações artísticas de todas as culturas” (VASCONCELOS, 2014 p.66), e que a maternidade seria um dos pontos que mais são ligados e idealizados para as mulheres.

A maternidade como fator biológico é uma experiência que envolve unicamente às mulheres, porém esse fenômeno que foi idealizado por padrões patriarcais. Desta forma, os mitos seriam uma forma de padronizar o comportamento geral das mulheres sobre a maternidade.

A autora ainda nos ensina que as imagens criadas e disseminadas sobre as mulheres, nos fazem acreditar que a as mulheres são “destinadas à vivência da maternidade como uma experiência cheia de sacrifício voluntário, amor infinito, disposição altruísta e ausência de desejo sexual” (VASCONCELOS, 2014, p.75). A partir dessa imagem idealizada da maternidade, intui-se um pensamento a ser seguido que continua a afirmar que todas as mulheres devem exercer a maternidade e que todas têm um instinto materno natural.

Ressalta-se que a autora neste momento está fazendo uma leitura geral da maternidade, pois por vários períodos históricos e ainda hoje podemos verificar que as mulheres negras não têm a possibilidade de exercer a maternidade - no período

escravocrata por ser consideradas somente como reprodutoras e trabalhadoras e hoje por questões sociais e financeiras. Davis corrobora com esta concepção sobre o período escravocrata e detalha que “aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava.” (DAVIS, 2016, p.26,27).

Historicamente, a mulher negra é vista somente como reprodutora, considerada valiosa a partir do momento que pudesse gerar vários filhos. No contexto de escravidão destacado acima, a maternidade negra era exercida somente para procriar novos escravos, sem considerá-la como momento de cuidado e afeto. Como descrito por Davis,

a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. **A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas.** Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p.26, grifos nossos).

Atualmente, a situação da maternidade para as mães negras não sofreu muitas alterações na questão do cuidado e afeto, uma vez que ao término do período escravocrata brasileiro, essas mulheres passaram a desempenhar e ainda desempenham em sua maioria subempregos que as obrigam a trabalhar em jornadas exaustivas que dificultam a manutenção e vivência da maternidade.

Com as mães desempenhando jornadas exaustivas de trabalho, a responsabilidade do cuidado é passada, na maioria das vezes, para outras mulheres que participavam do ciclo familiar destas famílias, especialmente para as avós, conforme especificado pelas autoras Oliveira, Vianna e Cárdenas (2010). Estas avós, que podem não ter conseguido exercer a maternidade de seus filhos, começam a exercer a maternidade tardia, a partir do cuidado de seus netos.

Vasconcelos (2014) sustenta as abordagens feitas por Davis (2016) sobre a maternidade e completa que as crianças de famílias pobres no período colonial brasileiro eram criadas em vários lares, pois como as mães estavam trabalhando em jornadas excessivas de trabalho, elas deixavam os filhos com os parentes próprios

ou revezavam entre si para cuidar das crianças. Ressalta-se que “no caso das mulheres afrodescendentes, escravas e ex-escravas ainda sob o regime escravista, a situação era muito mais grave; criar estratégias de sobrevivência desta realidade exigia muito mais capacidade de superação” (VASCONCELOS, 2014, p.81).

Como estratégia de sobrevivência as pessoas negras, muitas vezes, foram ensinadas a suprimir seus sentimentos, a não chorar em público, não demonstrar amor, não abraçar e etc. Utilizando as concepções de bell hooks (1994), no texto *Vivendo de Amor*, em que a autora enfatiza a importância de entender como o processo histórico influenciou na forma de amar da população negra, podemos entender uma das dificuldades da maternidade e avoternidade negra.

Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. **Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar.** Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, "feridos até o coração", e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor (hooks, 1994, p.1, grifos nossos).

Para tanto as pessoas negras foram ensinadas que a melhor forma de demonstrar amor seria através do cuidado financeiro, assim essas mulheres negras muitas vezes tendem a aceitar jornadas extenuantes de trabalho, para garantir um melhor conforto para seus filhos. Ao falar dos tipos de trabalhos desenvolvidos pelas mulheres negras, Collins aponta:

O trabalho na forma de trabalho alienado pode ser economicamente explorador, fisicamente exigente e intelectualmente sufocante - o tipo de trabalho que há muito tempo é associado a condição da mulher como “mula”. O trabalho alienado pode ser remunerado - como é o caso das mulheres negras que prestam serviços domésticos, que trabalham lavando pratos e roupas, que são cozinheiras e cuidadoras, ou de algumas profissionais negras que exercem o trabalho de *mammy* em forma corporativas; ou pode ser não remunerado, como acontece com as tarefas aparentemente intermináveis de muitas avós negras e mães solteiras negra. No entanto também pode ser empoderador e criativo, mesmo que fisicamente desafiador e pareça degradante. Esse tipo de trabalho pode envolver salários abusivos, que são usados pelas mulheres negras em benefícios próprio, ou pode ser feito por amor para os membros de sua família (COLLINS, 2019, p.104,105).

Ainda de acordo com Collins (2019), torna-se necessário pensar na maternidade negra como forma de resistência política, uma vez que as mulheres negras vivenciam várias formas de opressão durante a vida. Enquanto as mulheres brancas lutavam para poder trabalhar e não ser somente mães, as mulheres negras lutavam para poder exercer a maternidade e cuidar de seus filhos.

Neste sentido ao falarmos da maternidade e avoternidade, é necessário entender as relações existentes entre gênero e geração. Alda Britto da Motta (2004) descreve que há três concepções sobre geração e que elas entrelaçam entre si, e ao citar Attias- Donfut (1998) ela especifica que as concepções são: “coortes”, “grupos etários” e “gerações propriamente ditas” (BRITTO DA MOTTA, 2004, p. 35). Neste trabalho nos atemos à concepção de grupos etários e geração, pois os mesmo se enquadram nas perspectivas que propõe esta pesquisa.

Os grupos etários são trabalhados pela antropologia e se caracterizam por analogias à idade, que compreende em separar um grupo de acordo com a sua idade e sua posição familiar, assim a autora destaca que essa concepção está intrinsecamente associada com sexo e geração, pois de acordo com Britto da Motta:

Essa classificação primeira e fundante que as idades alcançam em interseção com sexo e gênero (Balandier, 1977) permanece na sociedade contemporânea e se mantém como gerações na família e (ou) etapas no curso da vida, idades biossociais para assunção de permanece na sociedade contemporânea e se mantém como gerações na família e (ou) etapas no curso da vida, idades biossociais para assunção de direitos e deveres que são cobrados, permitidos ou admitidos, mas também passíveis de contestação, tanto nas relações cotidianas como nas normas jurídicas e prescrições oriundas do Estado (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.350).

Desta forma, podemos pensar quais os direitos e deveres criados para as mães e avós e se eles são compartilhados com as mulheres negras, quais a diferenciações e semelhanças.

O termo geração, para Britto da Motta, “designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência. (BRITTO DA MOTTA 2004, p.350)”. A geração está associada ao tempo, porém não tem uma limitação específica de quando começa ou termina uma geração, mas está

relacionada ao contexto histórico, cultural, e político que essas pessoas compartilham, mas mesmo que haja o compartilhamento é relevante destacar que:

duas questões básicas imediatamente se impõem e guardam intensa atualidade. Observando-se que o mesmo contexto social não afeta igualmente todos os indivíduos de um grupo de idade e vivência classificado ou autoidentificado como geração, verifica-se que segmentos dessa geração podem assumir posturas e caminhos sociais diferentes, ou até opostos. É o caso de padrões ou de movimentos culturais que se manifestam diversamente na mesma época, ou de movimentos políticos, uns radicais outros conservadores, cada um reunindo indivíduos de idade aproximada num cenário social semelhante. Por outro lado, cada momento histórico se realiza com a presença simultânea de várias gerações que, mesmo contemporâneas, não têm as mesmas experiências e trajetórias de vida (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.351).

Posto isto é importante destacar a relevância de separar não somente a geração de mulheres negras por idade, mas também por suas vivências que podem ter introduzido caminhos e posturas sociais diferentes ou similares, também torna-se significativo relacionar a vivências da maternidade e da avoternidade a fim de pensar nestas vivências, pois apesar de compartilharem algumas questões elas podem vivenciar experiências e trajetórias de vida diferentes.

Britto da Motta (2004) explicita sobre o problema social do envelhecimento e seu “acelerado crescimento relativo”, pois com a longevidade dos mais velhos, criou-se outra categoria de geração que pode ser classificada entre “velhos jovens” e “velhos velhos” (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.352), desta forma além da categorização por velhos é importante diferenciar esses dois grupos. Deste modo ao estudar geração a autora destaca que além da idade é necessário pensar em outras categorias relacionais conforme destaca:

Inevitável torna-se, portanto, o estudo das relações entre gerações e das condições sociais em que elas estão se dando, o que incluirá, além disso, a necessária consideração das interseções com outras categorias relacionais abrangentes, como gênero e classe social. As gerações, como as classes sociais, não existem isoladamente, mas em referência mútua, contraposição ou até oposição umas às outras. Uma geração é ou se torna aquilo que o jogo de poder permite nas relações com as outras. Esse movimento ocorre segundo as condições sociais vigentes em cada momento ou tempo social e o modo possível de apreensão e resposta dos atores sociais geracionais. É preciso lembrar sempre que, no interior de cada grupo geracional ou de idade, constroem-se representações, identidades e situações sociais que se confrontam com as de outros grupos ou categorias sociais (Britto da Motta, 1999). Ao mesmo tempo, essas

relações realizam-se em articulação com condições identitárias definidas a partir de outras categorias relacionais, principalmente gênero, classe social e etnia (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.353).

Como descrito por Biroli (2017, p. 54), é importante destacar o fato de existirem poucos estudos relacionando as questões de “gênero, cuidado e família e entre gênero, cuidado e trabalho”, o que colabora para justificar a pesquisa que desenvolvemos. A seguir, explicitaremos a metodologia desenvolvida, bem como as análises dos dados que surgiram na pesquisa.

3 O CADERNO DE PERGUNTAS E A ESCRIVÊNCIA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo apresentará as escolhas metodológicas e a análise dos dados realizados nesta pesquisa. Partimos da abordagem qualitativa, a fim de entender as vivências das mulheres negras a partir do contexto social e cultural nos quais estão inseridas.

Segundo Mirian Goldenberg (2004), a pesquisa qualitativa tem como objetivo demonstrar as especificidades e semelhanças de cada fenômeno social, levando em consideração os sentimentos, os significados culturais e simbólicos do grupo pesquisado. Já para Gil (2002), a pesquisa explicativa deve elucidar quais os condicionantes para que uma determinada situação ocorra. Assim buscamos entender quais as razões, motivos e principalmente conhecer o campo de visão das mulheres negras.

A pesquisa foi dividida em três etapas. O primeiro passo consistiu em um contato prévio com a diretora da Escola Municipal Pedro Gomide Filho, localizada no bairro Santa Clara em Viçosa (MG), para selecionarmos algumas das mulheres com perfil para a pesquisa.

A escolha do locus do estudo se deu relacionando trajetória intelectual e experiência de vida, pois estudei toda minha infância na Escola Pedro Gomide, assim como meu filho e sobrinhos. Durante os vários anos que participava das reuniões escolares (alguns anos como aluna e outras como responsável), era comum haver várias avós que eram responsáveis pela vida escolar dos alunos e participavam efetivamente da criação dos netos.

A partir do contato com a diretora, nos apoiamos na técnica “bola de neve” (*snowball sampling*), que consiste na indicação de pessoas para a entrevista até que a questão pesquisada atinja ponto de saturação. Fundamentado na observação não participante prévia, foi constatado que a diretora, por trabalhar a muitos anos no local, está inserida na comunidade e possui uma integração forte com a população a ser pesquisada. Nesse sentido, Juliana Vinuto (2015, p. 204, p. 205) ressalta que:

a amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto

de saturação [...]. A amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, usualmente com três objetivos: desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes (VINUTO, 2015, p. 204, p. 205).

O método de observação não participante foi realizado no período de fevereiro a março de 2020 e permitiu um amplo material de estudo, pois propiciou a obtenção de dados e aspectos da realidade e vivência das mulheres negras. Inicialmente, nossa ideia era realizar observação participante e entrevistas com as avós negras, porém mediante ao isolamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus, em meados de março, foram necessárias alterações da forma de construção da pesquisa. A alteração da técnica de acompanhamento dos dados também seguiu recomendação, acerca da segurança das participantes, advinda do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (CEP).

A partir das conversas com a diretora houve a indicação inicial de quatro avós negras. Por conta das condições de isolamento social, com as restrições estabelecidas na cidade no início da pandemia, a diretora não teve acesso aos registros da escola com os telefones atualizados dos responsáveis pelos alunos. O primeiro contato foi realizado por mensagem através das plataformas *Whatsapp* e *Facebook*. Na mensagem enviada continha a apresentação da pesquisadora e a explicação sobre a pesquisa, e em seguida foi solicitada a autorização para ser feito contato por telefone para maiores explicações. Todas as mulheres aceitaram participar da pesquisa e responderam inicialmente algumas perguntas de apresentação, como nome, idade, quantidade de filhos e netos e qual a autodeclaração de raça/cor. Em seguida, foi programado o dia de entrega do material construído para ouvi-las no lugar das entrevistas, que abordaremos a seguir. Nessa fase houve dificuldade de contato com uma das avós e ela justificou que não teria tempo para responder as perguntas, por causa do horário de trabalho, e dos cuidados com os netos e de sua filha que tinha acabado de ser mãe.

Mediante a dificuldade de localização de outras avós de estudantes da Escola Pedro Gomide Filho, foi ampliado à rede de contatos e convidamos outras duas avós para participarem da pesquisa. Essas avós tiveram contato com a pesquisadora em outros momentos de sua trajetória acadêmica.

O critério de seleção dos sujeitos a partir da raça foi considerado através de características fenotípicas, pois, como exposto anteriormente, o racismo brasileiro foi construído socialmente através das exclusões de pessoas por características física, predominando deste modo o “preconceito de marca”. (NOGUEIRA, 1985)

Foram selecionadas seis avós para participarem da pesquisa e dentre elas três conseguiram escrevivenciar suas experiências.

Diante da pandemia e em conjunto com a orientadora, buscamos pensar em uma metodologia que permitisse alguma liberdade para que as mulheres contassem suas histórias, bem como ficamos preocupadas em não restringir àquelas com conexão à internet ou dispositivo de celular. Desta forma, as entrevistas foram realizadas por meio de um “caderno de perguntas”, que funcionou como pequenos diários, para que elas “escrevivencem” suas memórias, a partir de Evaristo (2005).

Evaristo (2005) define a “escrevivência” como o ato de trazer através da escrita o que acontece no cotidiano a partir da memória, da lembrança, da experiência e das vivências.

A elaboração das perguntas para compor o caderno foi desenvolvida com base nos objetivos da pesquisa a fim de compreender como se dá a experiência da maternidade e avoternidade para as mulheres negras em Viçosa e verificar quando essas mulheres conseguem exercitar a maternidade de forma que consideram satisfatórias.

Para tanto, foram definidas 22 perguntas, que compreendiam a divisão, por informações de identificação (nove perguntas) e em seguida separadas por categoria de maternidade (três perguntas), avoternidade (três perguntas) e cuidado (sete perguntas).

A entrega dos cadernos foi realizada tendo início no mês de agosto, a partir do local e dia da preferência da participante. A primeira entrega foi realizada para a Sueli no dia 20 de agosto na igreja onde ela trabalha. A segunda entrega foi para a Carolina no dia 01 de setembro em sua casa, e a terceira foi para a Lélia em 04 de setembro também em sua residência.

A entrega foi realizada em embalagem esterilizada, contendo um caderno e uma caneta, conforme foto a seguir, no local e horário escolhido pelas participantes:

Imagem 1 – Foto do caderno de Perguntas



Fonte: Dados da pesquisa.

Na data da entrega, foi ressaltado para as avós que a participação na pesquisa não era obrigatória e a qualquer momento elas poderiam desistir da participação retirando o consentimento, bem como poderiam responder com calma a partir do seu tempo disponível para escrita. Alguns dias após a entrega foi realizado novo contato com as avós a fim de verificar se elas tinham alguma dúvida e/ou estavam tendo dificuldade na escrita. Todos os cadernos retornaram até o dia 30 de

setembro, e as respostas foram transcritas na íntegra⁶, respeitando a forma como cada mulher escreveu, pois de acordo com Evaristo (2005, p.20).

É, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que se pode evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada (EVARISTO, 2005, p.20).

A “escrevivência” neste sentido nos permitiu um contato com o inesperado, uma vez que o poder hegemônico insiste em não ouvir o que essas mulheres dizem. De forma insubmissa, seus relatos nascem no cotidiano através dessas escrevivências e a partir destas escritas houve a possibilidade de ter contato com suas memórias e trajetórias.

Como metodologia de pesquisa, a escrevivência se destaca como uma forma inovadora por duas premissas. A primeira fundamenta-se em trabalhar com mulheres negras que historicamente foram subalternizadas e silenciadas pela sociedade. A segunda explicita-se através das falas dessas mulheres que permitem uma visão individual, mas que ao mesmo tempo se entrelaçam e assemelham a de outras mulheres negras e periféricas.

A escrevivência não foi utilizada somente para coleta de dados, mas sim como ferramenta de acompanhamento de um processo, e como método de averiguação e de elaboração de conhecimento. Para Evaristo (2005) o processo de escrita para a mulher negra inicia da percepção de reconstrução de si para após construir o coletivo, deste modo a partir da escrita individual podemos compor escritas com possibilidades de contribuição e expansão do conhecimento ao coletivo.

Lista de perguntas dos cadernos.

1. Qual a sua idade
2. Raça/Cor

⁶ Manter a escrita das mulheres respeitando sua ortografia e gramática, parte da percepção da necessidade e importância de não aprisionar a escrita negra. A escrevivência nos cadernos de perguntas parte da possibilidade de liberdade na escrita, e marca também um histórico da violência colonial brasileira que historicamente nos impossibilitou de estar nestes espaços culturais, desde modo escrever e um ato de resistência que ultrapassa as normas cultas de escrita.

3. Escolaridade
4. Profissão
5. Quantidade de filhos
6. Quantidade de netos
7. Com qual idade teve o primeiro filho
8. Com qual idade teve o primeiro neto
9. O que é ser mãe?
10. O que é ser Avó?
11. Se a maternidade foi planejada, quais os motivos incentivaram a ser mãe?
12. Se a maternidade não foi planejada, quais os motivos incentivaram a ser mãe?
13. Você trabalhou após o nascimento de seus (as) filhos (as)? Se sim como foi conciliar o trabalho e a maternidade e qual a carga horária que trabalhava?
14. Você teve ajuda familiar para cuidar de seus filhos? Quem te ajudou e como te ajudou?
15. Qual a sua participação na criação de seus netos?
16. Se seus netos moram com você, qual motivo? Como é morar com eles (as)?
17. O que mudou na sua vida após ser mãe e avó?
18. Qual a diferença e semelhança que você acha que teve no ato de cuidar de seus filhos e agora dos netos?
19. Qual papel da mãe no cuidado com os filhos (as)?
20. Qual papel da avó no cuidado com os netos?
21. Quais as experiências boas e ruins de ser mãe e avó?
22. Quer contar algo mais? Fique a vontade

4 ENCONTRANDO A AVOTERNIDADE: AS MULHERES NEGRAS CONTAM SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS

Para contar essas histórias e preservar a identidade dessas mulheres, utilizamos nomes fictícios pensados a partir do nome de intelectuais negras brasileiras. Essa escolha partiu como forma de reconhecimento às várias contribuições que estas autoras ocasionaram para a construção e reconstrução das imagens das mulheres negras na sociedade brasileira.

Esse capítulo apresentará os relatos de três avós, a partir de suas experiências e vivências sobre a maternidade, avoternidade e cuidado. O texto estará estruturado com base no agrupamento de várias perguntas realizadas, a fim de compreender as especificidades e semelhanças das falas.

Passemos a apresentação das participantes da pesquisa.

- Sueli tem 54 anos, se auto declarou como “morena clara”, possui curso superior incompleto e atua profissionalmente como pastora. Ela tem um filho homem, foi mãe aos 27 anos, tem dois netos e se tornou avó aos cinquenta anos de idade. Sueli demonstra em sua fala a religiosidade e nos encaminha a conhecer a “importância da família” e como é necessário conduzir os filhos e netos a partir de uma concepção das práticas religiosas.
- Carolina tem 55 anos, se auto declarou como “preta”, possui ensino médio, e sua profissão é doméstica. Ela tem quatro filhos (duas mulheres e dois homens), foi mãe aos 32 anos, tem dois netos e se tornou avó aos 50 anos de idade. Vinda da zona rural aos 17 anos para a cidade de Viçosa, Carolina expressa através dos relatos o amor pela maternidade, e nos estimula a pensar na maternidade não somente como fator biológico, mas sim como um sentimento do coração, que finda os lados consanguíneos. Deste modo nos mostrou a necessidade de pensar a maternidade a partir da construção social da madrasta.

- Lélia tem 47 anos, não se auto declarou a partir da raça/cor, possui ensino fundamental e como profissão informou “do lar”. Ela tem um filho homem, foi mãe aos 20 anos, foi avó aos 41 anos de um menino. Em suas falas ela questiona os padrões impostos da época quando vivenciou a maternidade e nos faz refletir sobre como é vista a “mãe solo”.

Das três mulheres somente uma das avós se auto declarou como negra, sendo a mais retinta dentre elas. É sempre importante lembrar Neusa Santos Souza (1983), quando a autora afirma que é doloroso se declarar negro e negra, pois historicamente fomos vistos somente com características pejorativas. No imaginário social, ainda perdura imagens estigmatizantes sobre ser negro, como “feio, sujo, barraqueiro, irracional”.

Quadro 2 – Informações básicas das avos

Nome	Idade	Raça/cor	Nº de filhos	Nº de netos	Bairro onde moram
Sueli	54 anos	Morena clara	1	2	Santa Clara
Carolina	55 anos	Preta	4	2	São Sebastião
Lélia	47 anos	Não declarada	1	1	Santa clara

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados levantados através dos cadernos de perguntas.

A maternidade baseado através viés biológico junto a uma gravidez , seja a partir de seu viés político e social do cuidado, são impostos às mulheres, mas como já trabalhado nesta pesquisa nem sempre as mulheres negras tiveram acesso à maternidade por meio da prática do cuidado.

4.1 MULHERES NEGRAS E A MATERNIDADE

Nesta primeira categoria juntamos as respostas referentes à maternidade, relacionando as visões sobre o que é “ser mãe” e se esse processo foi ou não planejado.

Ao analisar os discursos das mulheres sobre “o que é ser mãe”, constatamos em suas falas que elas qualificaram a maternidade como uma “experiência satisfatória”, como uma “dádiva”, a “realização de um sonho”, “uma intensa transformação na vida da mulher”.

Sueli e Carolina compartilham alguns sentimentos semelhantes sobre o que é ser mãe. Para Sueli, “é ser a mulher mais feliz do mundo, realizada, feliz, completa, abençoada, agradecida, agradecida a Deus”. Para Carolina, “é um privilégio muito grande, é um sonho realizado”.

Para Lélia, “ser mãe significa mudar sua vida. Seu tempo, seu pensamento, dar todo seu coração, seu amor para leva seu filho adiante e ensiná-lo a VIVER significa ter uma razão de ser para o resto da vida querer aproveitar o máximo cada momento”.

Segundo Vasconcelos (2014), a visão da mulher como completa somente ao ter um filho, vem de uma construção histórica que a designa como naturalmente predestinada a sempre ser mãe. Após a maternidade ela necessariamente deve passar a viver somente para a criança, ou destinar a ela o maior tempo de sua vida.

Sobre o planejamento da maternidade e quais os motivos a incentivaram a ser mãe, Sueli e Carolina responderam que foi planejado, porém elas tiveram incentivos diferentes para a maternidade. Sueli afirma que “foi a realização de um sonho. Dar um filho a meu marido e vê-lo feliz, se sentir especial”.

Embora, historicamente a mulher seja vista como submissa ao marido é a gravidez seja visualizada como uma possibilidade de manter o casamento e deixar o marido “feliz” (CANEZIN, 2014). Ao pensarmos em homens e mulheres negros e negras e na destruição dos laços familiares durante a escravização e no complexo sistema patriarcal, torna-se necessário pensar em suas falas, através também de outras lentes.

Para bell hooks (1994 e 2018), o amor é o principal componente para nos guiar no mundo, ele é uma categoria de reconhecimento, por isso construímos comunidade e relações. A autora destaca que a busca pelo amor foi criada socialmente e que até inconscientemente podemos buscar pelo amor. Ao falar sobre o amor para as mulheres ela especifica:

ela quer sentir o amor do pai, avô, tio, irmão ou amigo. Se ela for heterossexual, ela quer o amor de seu parceiro. Vivemos em uma cultura onde mulheres emocionalmente famintas e destituídas buscam desesperadamente o amor do homem (hooks, 2018, p.1).

Assim sendo, naturalmente as mulheres ao engravidarem podem idealizar a maternidade como instrumento de tornar o marido feliz e se tornar amada e especial aos seus olhos. A autora nos faz refletir que muitas vezes esse sentimento pode não aparecer nas falas das mulheres “por medo de sermos zombadas, desaprovadas, envergonhadas”. Falar da nossa fome pelo amor masculino demandaria “nomear a intensidade de nossa carência e de nossa perda” (hooks, 2018, p.1).

A partir deste apontamento, ter filhos para agradecer aos maridos pode ser visualizado como subordinação ao sistema patriarcal e machista imposto historicamente e socialmente às mulheres, mas também pode ser analisado através de um ato de resistência de preservação da família e dos laços de amor (COLLINS, 2019). A sequência das falas passa do desejo individual ao coletivo familiar: primeiro é a realização de um sonho e segundo da vontade compartilhada com o marido.

Para Carolina, as motivações para se tornar mãe foram:

Sempre tive vontade de ser mãe quando criança eu ganhei uma boneca da minha tia Helena e dei o nome dela de Martinha esta boneca ficou comigo até os 17 anos quando vim para a cidade, para trabalhar como empregada. Passado muito tempo depois me casei, e o meu marido já tinha dois filhos homens, 2 anos depois decidi ter minhas 2 filhas (22.09.2020 - CAROLINA).

A escrita acima destaca que Carolina veio para a cidade para trabalhar como doméstica, a partir de sua fala percebe-se que esta é a realidade de muitas mulheres, pois as condições de vida no local de origem pode ter incentivado ela a procurar melhores oportunidades de emprego.

O trabalho pode dessa forma ocasionar tanto a possibilidade de saída da zona rural, como a chance de ajuda financeira para o sustento do restante da família.

Outra questão importante em sua fala diz respeito à reprodução do cuidado, pois ela sai do interior com apenas 17 anos e vem para a cidade para cuidar de outra família. Tal aspecto percebido infere sobre o processo de socialização do cuidado direcionado às mulheres, dado que somos ensinadas desde cedo a desenvolver tarefas domésticas como cozinhar, lavar e cuidar das crianças.

Biroli (2017) enfatiza que nem todas as mulheres ao sair de casa encontram a liberdade e a possibilidade de escolha de qual trabalho exercer, fora de casa à exploração do trabalho marcado pelo racismo pode modelar as experiências e as relações sociais. Outra parte que chama a atenção na escrita de Carolina é onde ela expõe que somente após muito tempo ela casou e teve suas filhas, deste modo podemos pensar que a maternidade como escolha ou não pode estar relacionada às vivências e a relação criadas sobre a maternidade durante a vida, ou ao período a qual ela ocorre.

Para a Lélia a maternidade não foi uma escolha inicial, a gravidez ocorreu em um momento que ela julgou como não apropriada, conforme fala a seguir:

Minha maternidade não foi planejada, era muito nova, em tempo em que esses acontecimentos não eram bem aceitos, tinha a idade de 20 anos, era apenas um namoro, digo não muito concreto e pra completar minha mãe não queria aceitar, enfrentei muitas dificuldades mas o tempo foi passando tudo se tornou comum. Tive meu filho ele se tornou alguém muito importante pra minha mãe, tudo que podia fez por ele. Nada que o tempo não possa resolver. Não foi uma decisão, aconteceu. [...] era muito nova, e as coisas aconteceram. A nossa criação era um pouco conturbada, se fosse nos dias de hoje, era capazes raciocinarmos melhor a respeito (30.09.2020 - LELIA).

Durante muito tempo, a maternidade foi idealizada para ocorrer somente com mulheres casadas. Em vista disso, quando a gravidez ocorria antes do casamento, poderia ocasionar nas mulheres e/ou nas pessoas do ciclo familiar a percepção de quebra da tradição, e dos deveres morais.

A maternidade fora do casamento ainda é vista como uma problemática. Oyèrónké Oyěwùmí especifica que no ocidente “mães são, antes de tudo, esposas. Esta é a única explicação para a popularidade do seguinte paradoxo: mãe solteira.” (OYĚWÙMÍ, 2004, p.5). Deste modo, o ideal de estrutura familiar e ter mãe, pai e filhos, e quando ocorre à quebra desse ideal pode haver um período de não aceitação da situação por parte dos familiares ou amigos.

Para a autora, o ideal de família não é universal, pois quando usamos como exemplo contextos africanos, as visões sobre família e maternidade são dissociadas da figura da esposa.

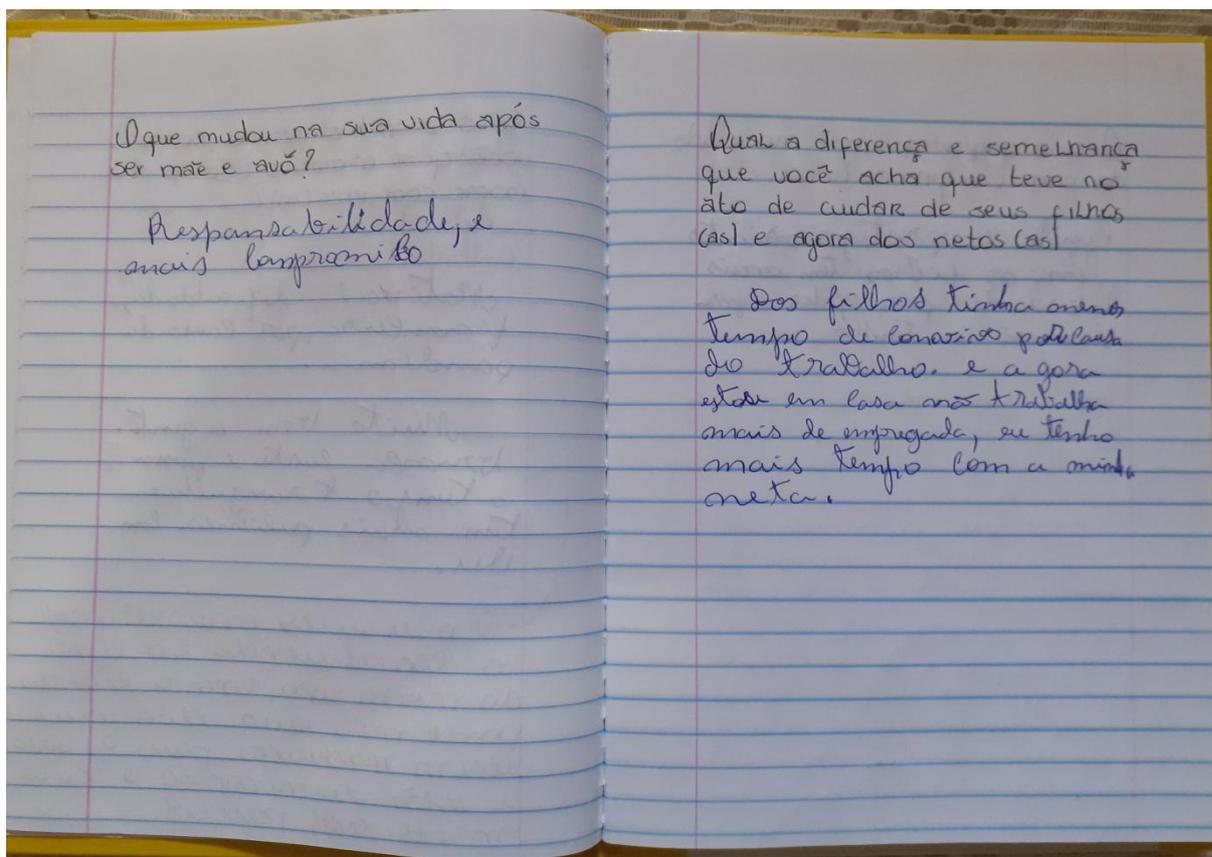
Ao pensarmos na maternidade através das concepções negras e no viés do matriarcado⁷, de acordo com Nah Dove (1998) há diferenciações sobre como a maternidade é vista. Nestas comunidades há um complemento entre feminino e masculino de forma não hierárquica de funções, isto é, não há classificação sobre o poder e função de homens e mulheres, a criação das crianças é um papel da comunidade como um todo. A autora ainda aponta que:

os valores dessa natureza têm sido fundamentais para a sobrevivência dos povos Africanos durante o prolongado e contínuo holocausto. A maternidade, portanto, descreve a natureza das responsabilidades comunitárias envolvidas na criação dos filhos e no cuidar dos outros. No entanto, embora o papel da mulher e dos cuidados maternos no processo de reprodução sejam fundamentais para a continuação de qualquer sociedade e cultura, em uma sociedade patriarcal, este papel não é atribuído com o valor que ele traz em uma sociedade matriarcal (NAH DOVE, 1998, p. 8).

Em relação ao vínculo mãe e filha, durante a gravidez inesperada e antes do casamento, Collins (2019) salienta que as mulheres negras são vistas como fortes e inabaláveis, porém quando envolvem essas questões, as mães geralmente se sentem tristes, pois sabem das dificuldades da maternidade. Essa ótica parte da visão que as mães negras pobres ou de classe média lutaram por anos para poder dar oportunidades diferentes para as filhas e elas “estragaram ou perderam” a oportunidade, visto que, a maternidade mudará a vida e as impedirá por um período de conseguirem melhores empregos. A maternidade neste momento da vida é enfatizada para além das possibilidades emocionais positivas, mas sim para suas consequências de responsabilidade e pelas dificuldades que nos são colocadas ao sermos mães.

⁷ De acordo com a autora Nah Dove (1998, p.8), África é o berço das civilizações matriarcais. “A mulher é reverenciada em seu papel como a mãe, quem é a portadora da vida, a condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social”.

Imagem 2 – Foto do caderno de perguntas



Fonte: Dados da pesquisa

A esse respeito da maternidade quando se descreve sobre o significado social da madrasta Falcke e Wagner (2000), reforçam que é complexo e envolve as referências literárias infantis da madrasta e os ideais do que é ser mãe. A maternidade a partir da madrasta surgiu nesta pesquisa com as perspectivas da Carolina, pois ao ser perguntada sobre o planejamento da maternidade ela especificou que quando casou o marido já tinha dois filhos.

Quando casei eu ainda não tinha filhos. O meu marido era viúvo e tinha dois filhos. Um de 5 anos e outro de 3 anos. filho mais novo chegou para mim e disse: tia posso te chamar de mãe. Porque a mãe deles tinha morrido e ido pro céu, e mim deu um abraço apertado e um beijo, e neste momento senti um amor tão grande por eles e uma responsabilidade neste dia a diante eles continuaram a mim chamar de mãe, e sempre foram otimos meninos e carinhosos; nunca aceitaram ninguém falar que ele não eram meus filhos. Agente sempre lavarão eles na casa da Vó deles e tias deles a vó e as tias ficava muito alegre e fala que considerava eu como se fosse irmãs delas. Hoje eles são casados tem muito amor por mim ensinam os filhos e filhas deles a mim chamar de Vó, isto e assim eu sinto amor e um respeito muito grande por eles os netos. Tenho filhas maravilhosas tambem todos eles são joias preciosas para mim (22.09.2020 - CAROLINA)

Assim como ocorre com as mães, há imagens idealizadas sobre o que é ser madrasta. Denise Falcke e Adriana Wagner (2000) salientam que muitas vezes as mulheres podem internalizar esta idealização e querem de qualquer forma repor a perda das crianças ao desempenhar a função de mãe, pois como na maternidade biológica há uma visão de que a mulher deve amar a criança a primeira vista, e que o amor deve ser incondicional.

Quando pensamos na criação de um filho não biológico, Collins (2019) especifica que nas comunidades negras a mãe de criação é uma função comum que acontece há vários anos e que a criação em comunidade foi de extrema importância para a manutenção e sobrevivência da população negra.

Quando se analisa a madrasta ou mãe de criação através dos olhares atuais, pode se haver um estranhamento, pois “dedicar tempo a ajudar pessoas que não fazem parte do núcleo familiar e, sobretudo, fazer isso gratuitamente parece ir contra os valores básicos da economia de mercado capitalista” (COLLINS, 2019, p.304). Vivemos em uma sociedade em que a maternidade por vezes só é vista como legítima quando se gera uma criança. Neste sentido pensar em outras formas de maternidade, como da madrasta, da mãe de criação, da mãe que adota, a maternidade travesti, trans e etc., são importantes para pensarmos na diversidade e outras possibilidades de se tornar mãe.

4.2 SER AVÓ É: SER MÃE EM DOSE DUPLA

Nesta segunda categoria serão apresentadas as respostas dos cadernos relacionados à avoternidade. Explicitaremos os relatos, referentes às escritas do que é ser avó, o que mudou na vida e as experiências boas e ruins.

Historicamente e socialmente as definições do que é ser avó passaram por várias mudanças. Nos últimos anos, a quantidade de avós aumentou devido ao envelhecimento populacional mundial; com os pais exercendo mais horas de trabalho e funções cotidianas, muitas vezes os avós passaram a ser mais ativos na vivências com os netos. De acordo com Andreia Cardoso e Leila Brito (2014, p.439 apud Attias-Donfut e Segalen, 2001) os avós se tornam a “rede de apoio” das famílias.

Para a Sueli, ser avó é “ser a mulher mais feliz do mundo, em dose dupla. Realizada em dobro, feliz em dobro, completa em dobro, agradecida em dobro, rica, agradecida a Deus.” e para a Lélia “[...] ser avó é ser a avó e ser pai e ser mães duas vezes”.

Essa concepção sobre felicidade em dobro e ser mães duas vezes é destacada por Oliveira, Vianna & Cárdenas (2010), quando ratificam que ocasionalmente as funções de mães e avós podem se entrelaçar, pois as avós em sua maioria tomam para si a responsabilidade de ser substitutas das mães em caso de sua falta, seja por períodos curtos ou longos.

Sobre o que mudou na vida dessas mulheres ao serem mães e avó, recebemos como retorno:

Tudo mudou. Hoje vivo para eles. Penso mais neles do que em mim. Também hoje sou mais feliz, mais realizada (20.08.2020 - SUELI).

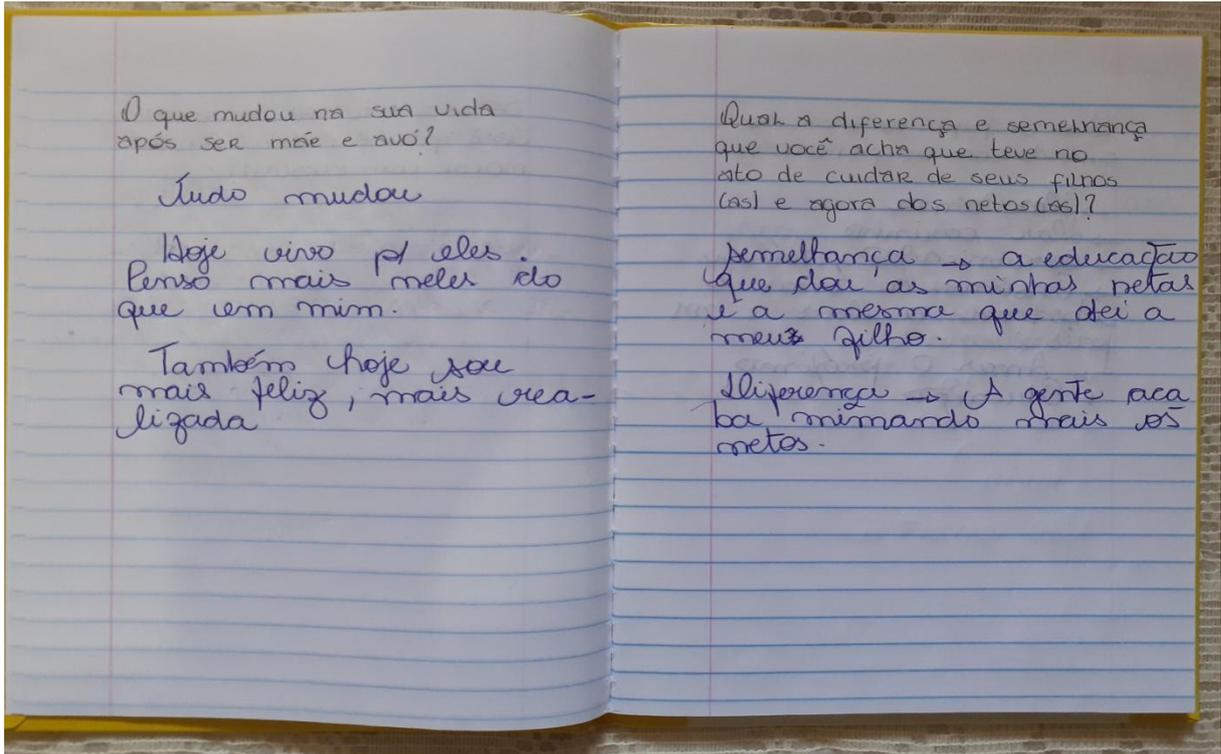
Responsabilidade, e mais compromisso (22.09.2020 - CAROLINA).

Tudo, antes vivia em função da minha vida, depois que tive meu filho tinha que pensar pra dois. E agora com o neto esqueço-me até de mim, sempre que tenho problemas familiar já fico logo preocupada que pode afetar na vida do meu neto (30.09.2020 - LELIA).

As mulheres nos informaram que a maternidade e avoternidade foram responsabilidade para elas, ressaltamos que estas concepções estão carregadas dos ideais impostos socialmente, pois acredita-se que a responsabilidade de criança e uma função que deve ser exercido somente pelas mulheres.

Sobre a responsabilidade Cardoso e Brito (2014) informam que há quatro tipos de avós: os que são responsáveis pelo cuidado pleno dos netos; os que cuidam durante uma parte do dia; os que cuidam somente nos finais de semana; e que só cuidam ocasionalmente. Todas as avós da pesquisa ressaltam que ajudam na criação e cuidado dos netos, mas deixam evidentes que os pais são presentes na criação e cuidado.

Imagem 3 – Foto do caderno de perguntas



Fonte: Dados da pesquisa.

Elas evidenciam que a avoternidade causou transformações significativas nas vidas delas, e que por mais que demandem responsabilidade e disponibilidade de tempo, elas estão felizes com a função de avó. Elas manifestam a satisfação em poder ajudar os filhos nesta fase da vida. Sobre as experiências boas e ruins elas responderam:

Boas: a gente dá mais valor a mãe da gente, aprende com eles, amadurece, ri com eles, Ama mais, Se torna pessoa melhor, é mais feliz. Ruim: não encontrei (20.08.2020 - - SUELI).

Ser avó é uma experiência boas por que a gente tem mais tempo e paciência com as crianças. O ruim de ser avó é que a gente pensa que cuida melhor do que os pais e quer proteger a neta mais e isso é ruim. porque se a avó não vigiar acaba mimando os netos muito e isso é ruim (22.09.2020 - CAROLINA).

As boas é que quando estão felizes, estamos também, fazemos parte do crescimento do bem estar. Ruins, quando estão doentes estamos também, e como se voltamos lá atrás com nossas experiências (30.09.2020 - LELIA).

Sueli fala da percepção da valorização de sua mãe ao vivenciar a maternidade, esta valorização ocorreu a partir da experiência, pois somente ao ser mãe ela compreendeu as vicissitudes da maternidade. Sobre a experiência, Larrosa Bondía (2002) especifica que “é tudo que nos acontece, é o que ocorre durante a

vida”, assim torna-se comum que somente a partir da experiência consigamos visualizar para além das idealizações. Podemos compartilhar nossas alegrias e dores e nos solidarizar com as dos outros, porém são experiências individuais, ninguém vai sentir da mesma forma, mas quem já passou pelo mesmo processo pode ter uma melhor compreensão sobre nossa realidade.

A maternidade e a avoternidade é vivenciada por cada mulher de uma forma diferente, dado que “o mesmo contexto social não afeta igualmente todos os indivíduos de um grupo de idade e vivência” (Britto da Motta, 2004, p.351,352), porém a partir dos relatos das avós, verificamos que além das diferenças há especificidades que as une.

Para Carolina, ser avó “é maravilhoso porque agora tenho mais tempo para eles”. Quando perguntado sobre as experiências boas ela destacou novamente a importância de ter tempo. Para ela, a possibilidade de cuidar dos netos apresenta uma das principais diferenças da maternidade, pois explicita que não teve tempo para cuidar dos filhos devido ao trabalho doméstico que exercia.

O trabalho doméstico nessa perspectiva bloqueou a possibilidade de cuidar efetivamente dos filhos, pois o seu tempo era direcionado a cuidar da casa e dos afazeres domésticos no âmbito privado. As autoras bell hooks (1994) e Collins (2019) trazem esta colocação ao descreverem como mães negras precisam abrir mão de ter mais tempo com filhos, bem de como demonstrar amor através das situações cotidianas para poder prover eles economicamente. Assim a falta de tempo com os filhos é uma realidade de várias mães que exerçam tanto o trabalho doméstico quando trabalhos que demandem jornadas exaustivas de trabalho.

Ainda sobre a disponibilidade de tempo esta é uma característica da nova geração de avós, pois anteriormente as mulheres se tornavam avós mais tarde ou não tinham condições de saúde para ajudar no cuidado dos netos. Hoje há uma diversidade enorme de avós, e a faixas etárias e suas condições de saúde das mulheres que experimentam a avoternidade são diversas. O aumento da expectativa de vida da população mundial conforme destacado por Britto da Motta (2004) tendência para que cada vez se tenha mais gerações dentro de uma família.

Conforme destacado por Lélia “ser avó não significa aposentar-se e ser chamada de vizinha”, ou seja, há várias formas e possibilidade de ser avó, diferente daquelas construídas historicamente. Essas diferenciações foram as que possibilitaram que as avós pudessem participar de forma mais ativa do cuidado com

os netos. A seguir pensaremos nestas novas possibilidades e responsabilidades que as avós desempenham.

4.3 RESPONSABILIDADE

Na fase inicial do movimento pela libertação das mulheres contemporâneo, as análises feministas da maternidade refletiam os preconceitos de raça e de classe das participantes. Algumas mulheres brancas da classe média com formação acadêmica argumentavam que a maternidade era um obstáculo grave à libertação da mulher, uma armadilha que confinava as mulheres às casas, que as mantinha presas à limpeza, à cozinha e ao cuidado das crianças. Outras simplesmente identificavam a maternidade e a educação dos filhos como a principal razão da opressão das mulheres. Se as mulheres negras tivessem expressado as suas opiniões relativamente à maternidade, esta não teria sido considerada um obstáculo grave à liberdade das mulheres. O racismo, a disponibilidade de empregos, a falta de competências ou habilitações e uma série de outros problemas estariam no topo da lista – mas não a maternidade. As mulheres não diriam que a maternidade as impediu de entrar no mundo do trabalho remunerado, porque sempre trabalharam (hooks, 1999, p.104).

O trecho acima aborda a complexidade da maternidade negra e como a reivindicação destas mulheres podem se distanciar dos questionamentos das mulheres brancas. As mulheres negras sempre trabalharam e a maternidade como lugar de acolhimento foram-lhes negados por muitos anos.

Esta última secção do texto traz as escrituras das mulheres sobre a responsabilidade enquanto mãe e avó, através de suas respostas em relação ao trabalho, rede de apoio, responsabilidades escolares e cuidados.

Foi perguntado às mulheres se elas trabalharam após o nascimento dos filhos, qual a carga horária do trabalho e como foi conciliar o trabalho e a maternidade. Como resposta obtivemos:

Sim, Bem complicado, mas deu certo. Trabalhava 08h por dia. Ele ficava na creche (20.08.2020 - SUELI).

Sim, foi bem difícil, trabalhava 8 horas por dia. minha mãe e minhas irmãs que cuidavam delas para mim (22.09.2020 - CAROLINA).

Se foi necessário, era mãe solteira, não tínhamos condições nem pra nós que eramos adultos, imagina manter uma criança. Sempre fui empregada doméstica. Trabalhava de 07 as 15 horas. Não tinha carteira assinada. Essa pessoa na qual me empregou, me ajudou muito nesses tempos esse foi o sustento do meu filho (30.09.2020 - LELIA).

Todas as avós trabalharam após o nascimento dos filhos, com carga horária de oito horas por dia. O tempo destinado ao trabalho no âmbito público juntamente com o destinado aos afazeres domésticos determina qual a disponibilidade que estas mulheres tiveram para o cuidado efetivo dos filhos. Torna então necessário encontrar alternativas para o cuidado que podem ser: contratando alguém; solicitando ajuda da rede de apoio; utilizar creches públicas ou privadas.

Sueli e Carolina destacaram que conciliar a carga horária com ser mãe foi difícil, esta fala caracteriza-se pelas jornadas duplas e às vezes tripla recorrente do trabalho “fora e dentro de casa”. Kergoat (2016) e Biroli (2017) associam este ponto não somente a questão trabalhista, mas também as relações sociais, pois as mulheres sempre são responsabilizadas pelo cuidado das crianças e afazeres domésticos.

Deste modo, as redes de apoio de cuidado, na maioria das vezes estão associadas a outras mulheres do grupo familiar ou da comunidade. Corroborando com este argumento Leila Almeida (2007, p.414), salienta que “os valores sociais associados ao trabalho, à maternidade e aos cuidados infantis fazem parte de um vasto conjunto de significados historicamente produzidos e constituem a matriz sócio-histórica do sujeito.”.

Sobre as redes de apoio elas responderam que “minha mãe me ajudou e um tempo tive babá” (20.08.2020 - SUELI) e “minha mãe e minhas irmãs” (01.09.2020 - Carolina), evidenciando assim que sempre tinham outras mulheres disponíveis para o cuidado das crianças e principalmente como as avós tomaram para si a responsabilidade de cuidar dos netos. Nestas falas aparecem também as bisavós que quando avós também cuidaram dos netos, deste modo entendemos que esta construção é uma prática que já ocorre há mais de duas gerações nessas famílias, as avós se mantiveram presentes nos cuidados com os netos.

Collins (2019), ao falar sobre as redes centradas nas mulheres, justifica que esta relação “reflete tanto a continuidade da sensibilidade cultural de origem africana quanto nas adaptações funcionais às opressões de raça, gênero, classe e nação” (COLLINS, 2019, p.298).

A autora afirma ainda que, mesmo que os homens estejam presentes fisicamente nas famílias (pais, avós, tios), são as mulheres que assumem o apoio na criação. Em outras falas, Carolina e Sueli informam que eram casadas no

nascimento dos filhos, porém quando questionadas sobre a rede de apoio nenhuma delas citaram os companheiros como principais no cuidado das crianças. Essa dificuldade em relacionar os homens nos cuidados pode estar associada ao imaginário cultural brasileiro conforme destacado por Kergoat (2009), pois os homens não são criados para ter responsabilidade do cuidado, tanto com os filhos como com os outros membros da comunidade.

O ideal do que é ser homem passa pela construção de que a única forma de cuidado está em prover financeiramente a família, sendo este homem isento dos compromissos do cuidado e dos afazeres domésticos, bem como sua invisibilização em “demonstrar amor” (hooks, 2018). A responsabilidade dos homens deve ser cobrada e reconhecida como funções comuns de quem está inserido na rede familiar e não pode ser visto como uma “ajuda”, pois toda a responsabilidade não pode ser condicionada somente as mulheres.

Outra questão que surgiu na resposta foi sobre as creches. Sueli informou que seu filho ficou na creche para que ela pudesse trabalhar, neste sentido é importante pensar nas creches públicas e privadas como local necessário no processo da maternidade. As creches são locais importantes para a educação infantil e para além, elas podem ser a única possibilidade para que muitas mulheres possam continuar ou voltar para o mercado de trabalho após a gestação.

Sorj (2013) fala sobre o contexto histórico das creches e ratifica que em 1980 iniciou no Brasil as movimentações da população para a criação comunitária em bairros periféricos. A autora ressalta ainda que “o cuidado mantém-se, em grande medida, na esfera privada das famílias e, quando desfamilizado, é muito consistente com o padrão de desigualdade socioeconômica do país.” (SORJ, 2013, p. 482). Ou seja, a troca dos cuidados familiares para os realizados nas creches não é comum às todas as famílias, pois irá depender da disponibilidade de vagas na rede pública ou dos recursos disponíveis para pagar uma creche particular.

Somente em 1996 as creches e pré-escolas passaram a compor a educação básica brasileira, a partir da outorgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394), por conseguinte as famílias tiveram a possibilidade da coparticipação do Estado na criação das crianças, o que resulta em maiores facilidade para as mães conseguir trabalhos melhores remunerados. (SORJ, 2013).

Biroli (2017) fala desse processo a partir da mercantilização do cuidado, e enfatiza que por mais que as mulheres tenham hoje melhores oportunidades de

trabalho, elas ainda continuam desempenhando subemprego, ou ganhando bem menos que os homens ao desempenhar as mesmas funções.

Duas das avós trabalhavam como empregadas domésticas, e uma delas enfatizou que não trabalhava de carteira assinada. Baseado em sua fala podemos refletir como abordado por Biroli (2017) que as leis trabalhistas não garantem a efetivação dos direitos de todos trabalhadores.

Trabalhar sem carteira assinada é uma realidade de várias mulheres periféricas, ainda mais quando se trata de mulheres negras, pois como especificado por Collins (2019), temos que superar os desafios de raça, classe e gênero.

O trabalho para nós, mulheres negras, na maioria das vezes é um trabalho “alienado e economicamente explorador”, pois desde a escravização do povo negro, fomos vistas como objeto de trabalho.

Por vezes não somos consideradas como mulheres, para nós geralmente sobram os trabalhos que não são aceitos por outros e mesmo que o trabalho seja remunerado recebemos menos que todos os outros indivíduos da sociedade, mas como ressalta a autora o trabalho também pode ser “empoderador e criativo” (COLLINS, 2019, p.104).

Ressaltamos que nenhum trabalho tem valor negativo desde que, quem o faça tenha a possibilidade de escolha e tenha oportunidade de exercer o que gosta, o que se questiona é que geralmente as mulheres negras não têm essa opção.

Ao buscarmos resposta sobre o cuidado das crianças e qual o papel das mães e avós, recebemos retorno que já são estabelecidos implícitos ou explicitamente na sociedade, pois a ética e moral reflete nos nossos modos de ver e se inserir na sociedade. Obtivemos respostas como: “dar amor, dar carinho, comunicação diálogo, ensinar a amar e obedecer a Deus e aos pais. Amar o próximo, educação” (20.08.2020 - SUELI) e “Cuidar proteger orientar” (22.09.2020 - CAROLINA).

Para Lélia, “a educação do menor não pode ser feita pelos avós ou pela escola. A mãe é que se encarrega disso ensinando valores sociais”. Nesta assertiva verificamos a construção social da mulher como responsável pelo cuidado dos filhos, ela como única e exclusiva no processo da educação. Porém contradizendo esta fala em outras respostas a avó revela que é papel dela “auxiliar” no cuidado do neto e que ela participa ativamente neste processo.

Ressaltamos que a educação das crianças não ocorre somente na escola, mas sim em todo processo de socialização em que ela é inserida. Ao falar sobre os espaços de socialização Maria da Gloria Gohn (2006) explicita que ocorre

na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (GOHN, 2006, p.28).

Em todas as falas fica exposto a importância para essas mulheres das atribuições sociais dos papéis das mães e avós no processo de desenvolvimento das crianças, em vista disso entende-se que todas as pessoas envolvidas direta e às vezes indiretamente na vida delas moldam o seu comportamento.

Sobre o tempo de dedicação aos netos elas apontaram que:

100%, sou mãe e avó presente (20.08.2020 - SUELI).

As vezes eu cuido dela para os pais trabalhar (22.09.2020 - CAROLINA).

Totalmente, ele vive mais na minha casa do que na dele, mora perto e seus pais gostam muito de estarem presentes em minha casa. Almoçam comigo, e aos fins de semana estão comigo estamos sempre reunidos e um prazer pra mim (30.09.2020 - LELIA).

Todas as avós destacaram ter a possibilidade de convivência com os netos, os processos de amor e forma de demonstrar os sentimentos como já especificados são resultado desta convivência ativa, o amor é construído socialmente.

Ainda sobre a fala acima, observamos na escrita de Lélia as contradições em relação responsabilidade com o neto. Sua resposta inicial justifica que o cuidado cabe somente à mãe e em outro momento ela informa que participa do cuidado. Esta contradição pode estar associada à construção de que filhos são “propriedades privadas” (COLLINS, 2019, p 305), deste modo só cabe aos pais sua educação e criação, e nenhum outro membro da comunidade teria possibilidade de questionar sua autoridade.

Fomos criados em uma sociedade machista e patriarcal, deste modo mesmo às mulheres podem reproduzir falas carregadas de noções de discriminação de gênero e de subordinação aos homens.

bell hooks (1994) elabora que no período da escravização as pessoas negras só conseguiam demonstrar seus sentimentos em “momentos seguros”, hoje esses momentos seguros podem ser vistos com a avoternidade, pois geralmente nesta

fase da vida as mulheres já conseguiram se estabelecer financeiramente, possuem maior disponibilidade de tempo e melhores condições sociais.

Sobre a responsabilidade e convivência com os netos Cassia Louzeiro e Ana Beatriz Lima (2017, p.140) destacam que:

Para os avós é a esperança da continuidade, pois já passaram tantos aprendizados para seus filhos e, nessa fase, oferecem vários papéis ao se tornarem avós. Já para os netos, a relação com os avós significa uma representatividade de educação e afeto diferentes, pois os avós são mais disponíveis para brincadeiras e passeios, o contrário dos pais que trabalham o dia todo e não têm tempo (LOUZEIRO E LIMA, 2017, p.140).

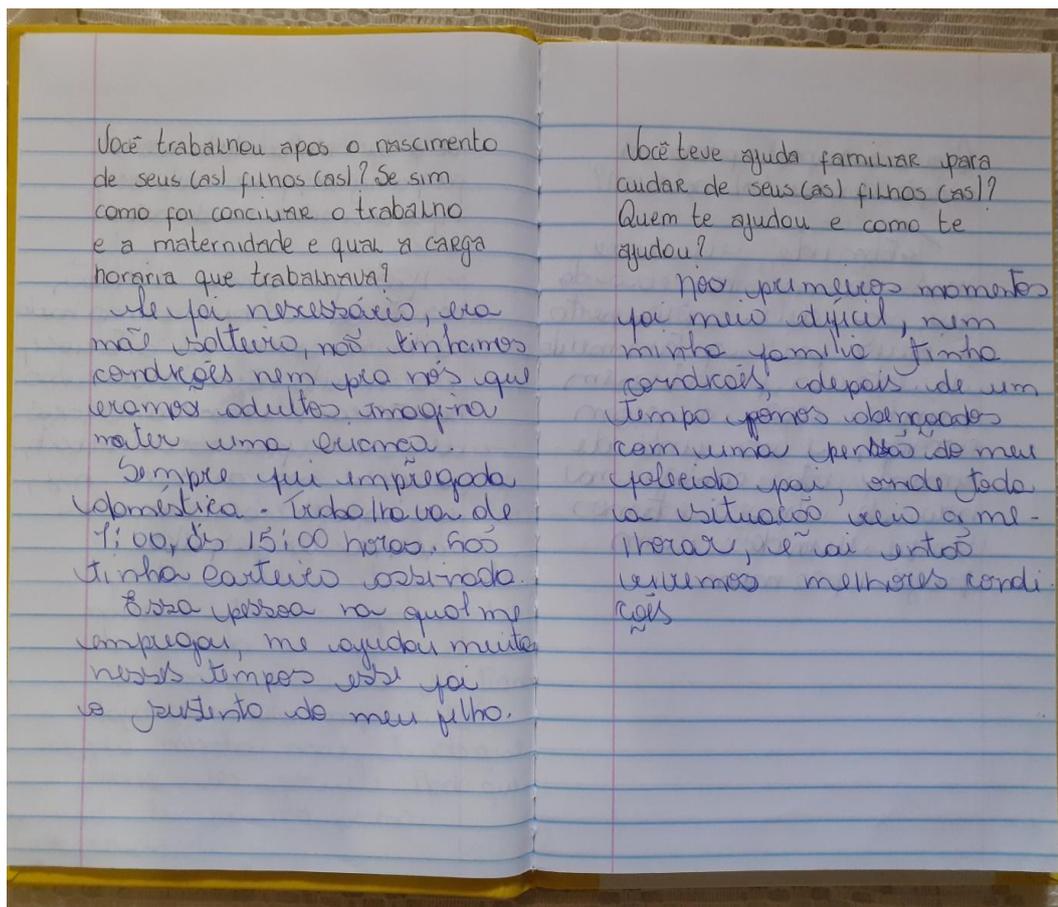
Sobre a diferença e semelhança no ato de cuidar dos filhos e dos netos, elas responderam:

Semelhança: a educação que dou as minhas netas e a mesma que dei a meu filho. Diferença: A gente acaba mimando mais os netos (20.08.2020 - SUELI).

Dos filhos tinha menos tempo do convívio por causa do trabalho e agora estou em casa não trabalho mais de empregada, eu tenho mais tempo com a minha neta (22.09.2020 - CAROLINA).

Para Louzeiro e Lima (2017) e hooks (1994), a avoternidade seria um local de maior contato, paciência, e amor. A Maternidade se distanciaria deste lugar pela pouca possibilidade de tempo por causa do trabalho e da falta de paciência pelo acúmulo de funções. Portanto a partir destas noções as mulheres negras e periféricas só conseguem desempenhar este papel integralmente ao se tornarem avós.

Imagem 4 – Foto do caderno de perguntas



Fonte: Dados da pesquisa.

Collins (2019) ratifica que no sistema capitalista as mães que são casadas com homens e conseguem ter boas condições financeiras para criar os filhos são vistas como melhores mães, assim o ideal de maternidade nunca chegaria às mães pobres e solo.

Na fala da Carolina sobre a diferença dos cuidados dos filhos e netos ela destaca como somente após a aposentadoria foi possível ter maior disponibilidade de tempo para desempenhar o papel do cuidado da família. Ela reafirma a dificuldade de exercer a maternidade por causa do trabalho como doméstica.

De acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para ter direito a aposentadoria, a idade mínima é de 60 anos para mulheres, ou no mínimo 30 anos de contribuição. Assim verificamos que provavelmente as mulheres que precisam trabalhar em serviços que demandem muitas horas de trabalho e que fisicamente sejam extremamente cansativos como o trabalho doméstico dificilmente conseguirá ter tempo para cuidar efetivamente dos filhos.

Ao alcançar o benefício da aposentadoria, que as possibilita de poder ficar em casa e dar maior atenção à família, os filhos provavelmente já estarão na fase adulta não necessitando mais dos cuidados pontuais que requeriam na infância ou adolescência.

Lélia ao responder informa que foi “normal”, ou seja, não identifica diferença no cuidado do filho e neto. Porém em outra fala ela destaca que trabalhou por um tempo como empregada doméstica sem carteira assinada e que este primeiro período foi difícil. Além disso, completou sua escrita informando que “depois de um tempo fomos abençoados com uma pensão do meu falecido pai, onde toda a situação veio a melhorar, e aí então vivemos melhores condições”. Através da pensão vitalícia recebida ela teve a possibilidade de participar ativamente do cuidado do filho, pois não precisava mais trabalhar e passou a ter disponibilidade de tempo para a família.

A pensão deixada pelo pai a possibilitou não preocupar com o sustento básico do filho, pois a partir daquele momento ela passou a ter condições financeiras de proporcionar uma melhor alimentação, vestimenta, moradia e saúde para o filho, sem se preocupar em vender sua força de trabalho.

Neste sentido ao pensarmos na conquista que foi para as mulheres brancas quando elas puderam sair de casa para trabalhar, verificamos que para as mulheres negras a conquista e felicidade e no momento que ela pode ficar em casa e cuidar dos filhos.

O contexto histórico de escravização não nos possibilitou por mais de 500 anos a cuidar efetivamente dos nossos filhos, a partir da escrevivência dessas mulheres verificamos como a falta de tempo quase nos negou a possibilidade de resistência e manutenção da família, porém conseguimos recriar possibilidades através dos saberes ancestrais de criação em comunidade.

Sobre isso Collins (2019, p.319) enfatiza que “o objetivo é unir as pessoas [...] “eivar a raça”, de modo que os membros mais vulneráveis da comunidade sejam capazes de alcançar a autonomia e a independência essenciais para a resistência”.

As escrevivências das três avós negras e periféricas de Viçosa se entrelaçaram as perspectivas nacionais a partir da temática do trabalho doméstico; da indisponibilidade de tempo para o cuidado dos filhos; do amor; da valorização da família e do ciclo contínuo do cuidado entre mulheres. Destaca-se que o fato das

entrevistadas serem mulheres negras contribuiu para que estas experiências aparecessem como mais força em sua escrita.

Como já visualizado, o trabalho doméstico é realizado predominantemente por mulheres negras, esses dados aliados aos acompanhados nesta pesquisa através das respostas de Carolina e Lélia, reforçam que há uma herança escravocrata nesta função. Mulheres negras iniciam muito cedo nos trabalhos domésticos, buscando possibilidades financeiras para criação dos filhos, ou para ajudar nas despesas familiares.

Assim o que se observa é que por vezes o trabalho as impossibilita de ter tempo disponível para o cuidado dos filhos, deste modo apesar do trabalho doméstico funcionar como aliado possibilitando uma renda básica salarial, ele também funciona como o principal empecilho para a manutenção do cuidado das crianças.

Até os dias atuais as maiorias das mulheres negras ainda precisam escolher entre poder passar um tempo maior com os filhos ou lhes garantir maiores possibilidades financeiras, seja através de uma melhor alimentação, educação ou melhores condições de saúde.

Neste sentido torna-se importante pensar nas escritas das entrevistadas que enfatizam como a valorização da família e do amor constitui como fator importante para a maternidade e avoternidade e como alguns marcadores as auxiliaram ou atrapalharam nessa vivência.

Sueli afirma “hoje vivo para eles. Penso mais neles do que em mim” e Lélia enfatiza “esqueço-me até de mim” e Carolina conclui “eu sinto amor e um respeito muito grande por eles”. bell hooks (1994, p.2) enfatiza que “expressamos amor através da união do sentimento e da ação”, deste modo à ação de demonstrar o amor que elas sentem pelos filhos e netos estão instaurados não somente no tempo de contato, mas também nas lutas diárias para mantê-los vivos fisicamente.

Sobre os ciclos de cuidado existentes entre as gerações de mulheres negras Collins (2019) enfatiza que esta é uma das características mais importantes para a continuidade dos preceitos africanos de criação de crianças em comunidade e como resistência e combate às opressões.

Afirma-se ainda, que por mais que as questões sobre raça não tenham aparecido explicitamente nas escritas, elas podem ser visualizadas através de sua

subjetividade, pois o racismo está presente em nosso cotidiano, enraizado na sociedade brasileira de modo que é naturalizado e invisibilizadas pela população.

Por fim, especifica-se que as escritas presentes neste trabalho através do cotidiano, relevam e reforçam a tese de que as diferenças de raça e gênero devem ser estudadas e que a maternidade e avoternidade negras são locais de amor, afeto e luta pela direito e manutenção da família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração deste percurso monográfico foi necessário realizar análises e estudos acerca da maternidade e avoternidade a partir da ótica de mulheres negras e periféricas.

Partimos de uma pesquisa explicativa com o objetivo de analisar como se dava a experiência da maternidade e avoternidade para mulheres negras em Viçosa/MG e verificar quando essas mulheres conseguiram exercitar a maternidade de forma que consideraram satisfatórias. Como resposta à questão de pesquisa, observamos que na trajetória dessas mulheres, a maternidade é vista como uma experiência satisfatória, porém não plena, que perpassa a visão da realização de sonho, a perspectiva de se sentir completa e abençoada, bem como motivada pelo sentimento de agradar o marido.

Percebe-se neste sentido a manutenção da idealização do papel da mulher e da maternidade através da cultura e do processo histórico na sociedade brasileira, porém ultrapassando esta primeira percepção, entende-se que a possibilidade da maternidade é algo que por vezes foram negados às mulheres negras, desta forma ela se transforma em um ato de amor e resistência.

Por meio das referências bibliográficas, entendemos que as transformações ocorridas na posição social da mulher em relação ao mercado de trabalho não são contempladas em sua maioria por nós mulheres negras, pois continuamos exercendo trabalhos mal remunerados e subempregos. Mulheres negras são as que mais exercem o trabalho doméstico e por ser um trabalho que demanda tempo e que são fisicamente desgastantes, temos menos possibilidade de convivência com os nossos filhos.

Assim ao analisarmos as práticas do cuidado familiar a partir da maternidade e avoternidade negra verificamos que o cuidado é uma prática do amor, ficando evidente que para as entrevistadas o cuidado se dá na maternidade pela possibilidade de prover economicamente os filhos, dando-lhe sustentos básicos. Já na avoternidade para além da ajuda financeira, o cuidado se dá através da disponibilidade de tempo e na demonstração de afeto.

Infere-se a partir das respostas que uns dos maiores problemas estão relacionados ao trabalho, pois este afeta a arena social, política e econômica. Afeta a área social ao pensarmos na disponibilidade de tempo que outras pessoas do

grupo familiar precisam ter para ajudar no cuidado das crianças quando nós mães precisamos trabalhar; na questão política, a partir de leis trabalhistas que nos garantam direitos básicos e que para além, flexibilize a carga horária, que aumente o tempo de licença maternidade, e que possibilite maior número de creches na cidade; na questão econômica através de melhores salários ou políticas sociais que garantam as necessidades básicas de nossos filhos.

A maternidade e o cuidado nas famílias negras devem ser repensados considerando as lentes não somente sociais, mas também histórica, política e econômicas, pois as várias opressões sofridas somadas ao trabalho doméstico estruturaram a nossa vulnerabilidade, dificultando o acesso a melhores trabalhos, maior renda familiar e conseqüentemente disponibilidade de tempo para cuidar dos nossos filhos.

Os pontos destacados evidenciam que a maternidade de forma satisfatória a partir da prática do cuidado ocorre quando as mulheres se tornam avós, pois neste momento da vida elas possuem maior estabilidade financeira e mais tempo, pois a carga horária de trabalho é menor ou elas já estão aposentadas. Ou mesmo a maternidade será vivenciada de forma plena quando essas mães adquirem ou passam a adquirir melhores condições financeiras, possibilitando que elas estejam presentes na criação e cuidado dos filhos.

As mulheres afirmaram que aos serem avós tiveram a possibilidade de ter tempo para cuidar, educar e mimar os netos. Estes apontamentos parecem simples, mas são carregados de subjetividades, pois se espera que ao ser mãe todas as mulheres tenham essas chances. O que verificamos com levantamentos bibliográficos e a partir da análise dos relatos é que as mulheres negras e periféricas dificilmente conseguiram acessar a maternidade a partir deste local.

O resultado desta pesquisa sinaliza para a importância da utilização do recorte de raça nas pesquisas relacionadas à maternidade, família e cuidado. A utilização da questão racial juntamente com a questão do cuidado deve ser pensada em diferentes aspectos e possibilidades.

Consideramos como limitação do estudo a não possibilidade de imersão no cotidiano destas mulheres a fim complementar suas escritas a partir da observação participante, pois por mais que tentemos entender e interpretar seus relatos, ainda fazemos de um ponto de vista externo, sem a possibilidade de questionamentos e solicitação de elucidação de pontos em suas escritas. Contudo, o

atual cenário de saúde pública do Brasil não nos permitiu essa aproximação, deste modo sugerimos o acréscimo da metodologia para futuras pesquisas.

Outra limitação apresenta-se através da impossibilidade de realizar comparações com outras mulheres de raça e classe diferentes das pesquisadas.

Ressaltamos ainda que no decorrer da escrita e análise de dados surgiram novas possibilidades para se pensar o tema desta pesquisa, tais como trabalhar a maternidade para além da questão biológica, visualizando as outras formas de se tornar mães e avó, e pensar nas redes de mulheres negras que criaram estratégias de sobrevivência e criação das crianças em comunidade.

Por fim, destacamos que esta pesquisa contribui para compreender a maternidade e avoternidade como um amplo campo de estudo e como sua visualização a partir das experiências e dos saberes das mulheres negras aprimorou e ampliou os conhecimentos tratados em outras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Leila Sanches de. **Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham.** Rev. Dep. Psicol.,UFF, Niterói , v. 19, n. 2, p. 411-422, Dec. 2007 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 Oct. 2020.

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. **Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na America Latina.** IN: HIRATA, H; ABREU, A; LOMBARDI, M. (org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

AUGÉ, Marc (2012) [1992], **Não-Lugares – introdução a uma antropologia da sobremodernidade,** Lisboa, Editora Letra Livre.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1993.

BIROLI, FLÁVIA. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Informativo PNAD Contínua 2019 – Características gerais dos domicílios e dos moradores.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acesso em: 01. Nov. de 2020

BRASIL. **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS- Perguntas frequentes.** Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes>. Acesso em: 07. nov de 2020

BRITTO DA MOTTA, Alda (2004). **GÊNERO, IDADES E GERAÇÕES.** In Cadernos CRH , Salvador, v. 17, n.42, p. 349-355, 2004. Disponível em <https://rigs.ufba.br/index.php/crh/article/view/18727/12100>. Acesso em: 08 de janeiro de 2020.

CANEZIN, Claudete Carvalho. **A mulher e o casamento: da submissão à emancipação.** Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 4, n. 1, p. 143-156, 2007.

CARDOSO, A. R. & BRITO, L. M. T. (2014). **Ser avó na família contemporânea: Que jeito é esse?.** Psico-USF, Bragança Paulista, 19(3), 433-441.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; BARBOSA, C. F.; CALDEIRA, Barbara Maria. **Quem cuida de quem? Repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho.** In: Mary Garcia Castro, Ana Maria Almeida, Lúcia Vaz de Campos Moreira. (Org.). **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos.** 1ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2012, v. 1, p. 111-150.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOVE, Nah. **Mulherisma Africana: Uma teoria afrocêntrica**. In: *Jornal de Estudos Negros*. Vol. 28. Nº 5. Maio 1998. 515-539. Disponível em: <https://estahorareall.files.wordpress.com/2015/11/mulherisma-africana-uma-teoria-afrocecc82ntrica-nah-dove.pdf> . Acesso em: 08 de agosto de 2020.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita**. Rio de Janeiro: Nossa Escrivência, 2005. Disponível em: <http://nossaescrevencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 08 de set. 2019.

_____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres>. Acesso em: 15 de jan. 2020

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. **Mães e madrastras: mitos sociais e autoconceito**. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 5, n. 2, p. 421-441, Dec. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso on 19 Outubro. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 2006, vol. 4, n. 50, p.27-38.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. P. 39-62.

hooks, bell. **Vivendo de Amor**. [S.l: s.n.], 1994. Disponível em: <http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. **A Vontade de Mudar: Homens, Masculinidade e Amor**; tradução Ayodele e Ezequias Jagge. (Coletivo Nuvem Negra), 2018.

_____. **Teoria Feminista: da margem ao centro**; tradução Rainer Patriota. – São Paulo: Perspectiva, 2019. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São

KERGOAT, Danièle. “**O cuidado e as imbricações das relações sociais**”. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

_____. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**.

LARROSA BONDÍA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. 2002.

LOUZEIRO, C.F.A., & LIMA A.B. R (2017). **Família e envelhecimento**: um estudo sobre as relações entre avós e netos. *Revista Ceuma Perspectivas*, vol. 30, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.]*, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. (1985 [1954]), “**Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem** — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”, in O. Nogueira (org.), *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*, São Paulo, T.A. Queiroz.

OLIVEIRA, A. R. V., VIANNA, L. G. & CÁRDENAS, C. J. (2010). **Avosidade**: visões de avós e de seus netos no período da infância. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 13(3), 461-474. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232010000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 out. 2019

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.

PINHEIRO, Luana et al. **Os Desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Texto para Discussão. IPEA, Brasília, n. 2528, p. 1-52, 2019.

SILVA, D. V., & SALOMÃO, N. M. R. (2003). A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 135–145.

SORJ, Bila. **Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, Aug. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02. jun. de 2020

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. **Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VASCONCELOS, Vânia. **No colo das labás: maternidade, raça e gênero em escritoras afro-brasileiras**. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

VINUTO, J. . A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas (UNICAMP) , v. 44, p. 201-218, 2015.

XAVIER, Giovana. Você pode substituir Mulheres Negras como objeto de estudo por Mulheres Negras contando a sua própria história. 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2019.